ATA COMPLETA*

Comitê da Bacia Hidrográfica do

Alto Tietê

CBH - AT

Plenária Extraordinária

07 / 10 / 2008

Secretaria do Meio Ambiente

São Paulo – SP

Taquígrafo Dartan Gravina
(011) 7138 2725

* Ipsis verbis ou ssim como foi dito.

Clóvis Volpi, Presidente do CBH-AT - representando o segmento municípios, Prefeito municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires- Bom dia a todos. Compõe a mesa diretora do Comitê a Maria Emília Botelho, o Marco Antônio Palermo Vice-Presidente, e o Engenheiro Marcelo de Souza Minelli Diretor de controle de poluição ambiental da Cetesb que assumirá a Secretaria Executiva por conta da substituição da diretoria da Cetesb que o Okano voltou para a cidade natal dele, Ribeirão Preto, e complementará assim nosso mandado que se estenderá até 2009, damos as boas-vindas ao novo Secretário Executivo e consideramos assim com essa apresentação a posse propriamente do novo Secretário.

Vamos fazer a apreciação da Ata da reunião anterior, todos os senhores devem ter recebido, feito uma análise do texto se não há nada que tenha sido incluso na Ata ou que não foi dito ou alguma coisa que tenha sido dito e não foi incluída, algum comentário?

Edson José de Barros, representante segmento municípios prefeitura municipal de Guarulhos- Da questão do Hirata é Geociências, no primeiro parágrafo.

Presidente - Geociências. Mais alguma observação? Coloco em votação, os senhores que estiverem de acordo permaneçam como estão, **aprovada a Ata da reunião anterior.**

Marco Antônio Palermo - Vice-Presidente representando segmento Sociedade Civil Organizada, entidade Associação Brasileira de Recursos Hídricos-ABRH- Bom dia a todos. São dois os informes da Vice-presidência, de dois eventos, onde já havia comunicado na reunião anterior e vou pedir licença ao Presidente para distribuir o convite, o II Simpósio de Recursos Hídricos Sul Sudeste que se inicia no próximo domingo no Rio de Janeiro promovido pela ABRH analogamente ao evento nacional onde temos eventos regionais e teremos esse e o do Norte Nordeste, que será em Salvador em novembro e convido todos a participarem. O tema será "Monitoramento, modelagem, sistemas de alerta

de suporte a decisão e a base para a gestão dos recursos hídricos". No mês passado realizamos o Congresso mundial da água, realizado Monteliet com uma sessão exclusiva para o Brasil onde apresentamos o sistema brasileiro de recursos hídricos que é bastante inovador em certos aspectos e cuja experiência tem se propagado ao longo do mundo, tivemos oportunidade de participar descrevendo alguns processos da participação da Sociedade Civil nos órgãos gestores, e tivemos também a participação de uma pessoa que trabalhou no Subcomitê Alto Tietê Cabeceiras mostrando a experiência de condução com a Sociedade Civil e os demais órgãos gestores principalmente no que diz respeito às leis de proteção de mananciais. Uma novidade importante para nós é que o próximo Congresso mundial da água será no Brasil e esse é o motivo para nos prepararmos. Obrigado.

Presidente - Passo a palavra para a Secretaria Executiva para seus informes.

Maria Emília Botelho- Secretária Executiva-Adjunta representando segmento Governo do Estado de São Paulo/Cetesb- Recebemos o jornal Correnteza que está na mesa de todos vocês, é da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e tem as notícias atualizadas. Recebemos o ofício da Sabesp, como agora eles têm uma Superintendência de gestão ambiental, que a gente inclua como convidado nas nossas reuniões o Engenheiro Silvio Renato Siqueira, Gerente do Departamento de Gestão de Recursos Hídricos. Falar sobre o 10º Congresso Nacional dos Comitês de bacias hidrográficas que vai acontecer no Rio de Janeiro de 10-14 de novembro, "O fortalecimento da gestão participativa das águas" e que é realizado a cada dois anos. O Comitê será representado, os Secretários Executivos, com certeza, os que já confirmaram foram, o Valter, e do Comitê estou indo eu, o Rocco e a Arlete e deixando claro que o estado só poderá custear as despesas de quem for do estado, os demais que quiserem participar, municípios ou sociedade civil, terão que arcar com as despesas.

Presidente - Com a palavra Edmundo.

Edmundo Garcia representando segmento municípios - Prefeitura do município de São de Paulo- Estamos encaminhando uma moção pela cobrança do uso da água, para o próximo ano de 2009, que está com a presidência encaminhada por um dos conselheiros e queria que a mesa pudesse ler, que encaminhasse a moção, a moção de apoio à cobrança pelo uso da água.

Presidente - Está encaminhado para a mesa a moção pela implantação da cobrança pela utilização dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Alto Tietê para o ano 2009, recebemos essa moção, vamos, Edmundo e todos que escreveram, registrá-la em Ata, e deliberar, possivelmente até o final da reunião sobre essa questão se houver necessidade, está certo? Mas fica recebido e terá a atenção devida e necessária, da qual pessoalmente também compartilhamos. Vamos encaminhar para que no final possamos discutir alguma coisa ainda sobre isso. Seguindo a pauta, item 5, para ouvirmos alguns coordenadores de Câmaras Técnicas sintetizando os trabalhos desenvolvidos, o Trani seria o primeiro...

Secretária- Ainda não chegou, pode começar pelo Rocco.

Jorge Rocco- Representando segmento Governo do Estado de São Paulo/Cetesb membro da Secretaria Executiva do Alto Tietê - Temos trabalhado os mecanismos da cobrança, têm participado a Sabesp, DAEE, Cetesb, Prefeitura municipal de Ribeirão Pires, e a Agência de Bacia, e agora a Fiesp e estamos discutindo os valores referentes aos dados da captação, derivação e extração e deveremos na próxima reunião prevista para o dia 17 trabalhar os valores dos coeficientes ponderadores referente ao consumo e a questão do lançamento. Tivemos premissas do ponto de vista de recomendações até porque estamos tentando consolidar as informações para o cadastro gestor, tanto do DAEE como da Cetesb, fazendo a reunião entre esses dois órgãos, e a Agência também está buscando a solução para adequação desse cadastro único para iniciar a gestão da cobrança. Os dois projetos aprovados em plenária o referente ao cadastro

da cobrança e o estudo de viabilidade, o agente técnico IPT já deliberou o estudo de viabilidade em que está avaliando ainda o TR-Termo de Referência para contratação do cadastro. Trabalhamos com o cronograma com a intenção de até fevereiro-março fechar todo o mecanismo da proposta da cobrança para trazer para a plenária com a aprovação no máximo até abril e conforme a Deliberação pela resolução 63 do CRH teremos que apresentar o estudo da viabilidade da cobrança até 10/06/09 e tendo a aprovação do CRH partiríamos para o ato convocatório do primeiro semestre e no último trimestre trabalhar a questão do início da cobrança, esse é o cronograma que o grupo está trabalhando em função do gargalo e as condições de trabalho.

Presidente - Alguém tem algum questionamento ao Rocco?

Hélio Luiz Castro, representante segmento governo do estado de São Paulo/Sabesp - Vocês estão tendo contato com o PCJ ?

Presidente - Está terrível para ouvir.

Jorge- Tivemos contato, eu estive participando do processo e inclusive todo material de apoio do PCJ e do Paraíba do Sul está disponibilizado ao grupo para subsidiar a tomada de decisão.

Hélio- Com relação ao cadastro o que eles fizeram foi pedir para que todos cadastrassem tendo uma multa para quem não o fizesse e esse acho que foi um dos aspectos mais interessantes.

(Coro)- Isso é o ato convocatório.

Jorge - No ato convocatório está previsto fazer a retificação ou ratificação, ou a inclusão e com isso depois de um prazo de 65 dias para poder fazer a regularização junto ao DAEE.

Hélio - Em terceiro lugar temos que ter consciência se pode entrar no orçamento porque as prefeituras têm que colocar no orçamento, e para isso precisam saber de antemão para não dar problema.

Jorge- O processo prevê seis meses antes da divulgação trabalhar a negociação com os usuários, a simulação dos resultados para fazer a previsão, a princípio estamos entendendo que esse mecanismo que dá informação da cobrança, o próprio Comitê já fez isso junto ao CRH, e os membros do setor, três na realidade, já tem conhecimento desse cronograma, e estamos trabalhando, só não temos ainda coeficientes para fazer a simulação e apresentar qual vai ser o valor final para ser cobrado em 2009.

Hélio- Acho que vale deixar uma brecha para que possa ser pago no ano seguinte por conta dessa questão orçamentária.

Jorge- Está bom, acho que tem que discutir isso.

Rui Brasil Assis- Representando segmento governo do estado de São Paulo/Secretaria de Saneamento e Energia- Acho que é muito importante esse trabalho da definição dos coeficientes, que está sendo feito, e acho que tem que ter um embasamento bem consistente do grupo, agora, no passo seguinte está programada uma discussão mais setorizada com os Subcomitês, os usuários especialmente, uma discussão pública sobre isso.

Jorge- Na realidade a intenção é essa, quando fecharmos isso, dos coeficientes, inclusive a entidade Fiesp/Ciesp por exemplo se dispôs a fazer reuniões setoriais inclusive utilizando a estrutura descentralizada deles para podermos conversar com os usuários de fazer a simulação mas para isso precisamos definir os coeficientes para poder aplicar a fórmula e com as prefeituras teremos que fazer essa agenda, ainda não foi conversado. Seriam os dois usuários principais nesse primeiro momento.

Presidente - Alguém mais ?

Jorge- Precisamos também conversar com o pessoal de serviços porque no caso do Alto Tietê tem ligação com alguns usuários de serviços.

Presidente - Agradecemos pela apresentação. O Trani seria o primeiro a fazer apresentação, ele chegou, com a palavra.

Eduardo Trani - representando segmento governo do Estado de São Paulo/Secretaria da Habitação e Coordenador da CT-PG-Câmara técnica de planejamento e gestão - Bom dia a todos. Dá para ouvir ai no fundo? Estamos sem microfone. A CT se reuniu e teve trabalhos importantes dos dois projetos que vieram, dos dutos do EIA rima da Petrobrás e do Vala Florestal, do qual hoje teremos matéria para deliberar, e aí teremos a proposta da Câmara que colocaremos para deliberar mais tarde na seqüência, mas acho que foi importante pelo menos para o grupo que participou de dar importância para esse trabalho, avaliar antes do DAIA as questões de EIA rima que interessam ao sistema de recursos hídricos e isso já foi objeto da última reunião. Com relação ao GT Plano, a professora Mônica Porto hoje vai nos apresentar, tivemos reuniões constantes, convocamos todos que queriam participar, temos um quórum relativamente baixo mas quem tem lido é o pessoal qualificado que está discutindo, é coordenado pela Márcia da Emplasa, e está programada uma terceira reunião na Poli pela manhã, cujo tema serão as questões institucionais do plano de bacia e quando a professora for apresentar poderá colocar mais detalhes. E para essa reunião convidamos também os Subcomitês e a Agência e convocamos todos que queiram acompanhar, é importante. O terceiro grupo de trabalho da CT é o GT Lei Específica, todos sabem que tivemos encaminhamento do projeto da Billings para Assembléia Legislativa e dia 09/10 vai ter a Deliberação sobre os encaminhamentos da Lei específica e talvez da necessidade de participação Subcomitê . Aguarda-se também os trabalhos da CT do Alto Tietê, da nova Lei que deveremos analisar. E já temos em programação, por isso que é importante decidir sobre a Deliberação de competências da Câmara ou do plenário em relação ao EIA rima, um novo EIA rima que é a central de tratamento e destinação de resíduos sólidos de Santo André, que já está sob nossa responsabilidade de avaliação. O grupo da Secretaria Executiva da Câmara técnica tem se reunido em trabalhos, já

fizemos duas reuniões aqui na Cetesb sobre a pauta da nova forma de seleção dos projetos FEHIDRO/2009, ainda não fizemos a reunião na CT mas já estamos fazendo um texto preparatório para ser avaliado pelos membros da Câmara em uma próxima reunião.

Presidente - Algum questionamento? Não. Passamos para o Edson.

Edson Andriguetti- representando segmento Sociedade Civil Organizada e relator da Câmara técnica de Saneamento Ambiental - Em nome do Coordenador da Câmara técnica Dr. Sadalla Domingos vou apresentar rapidamente as últimas atividades da CT. A partir de dezembro do ano passado quando foi feita a programação dos trabalhos passamos a discutir vários assuntos de interesse e, o primeiro, em fevereiro quando começamos a discutir as possibilidades de encaminhar propostas para que o plano da bacia pudesse considerar as questões de reenquadramento dos corpos d'água, fizemos sugestões de atividades, fizemos a recomendação na plenária do Comitê de 10/05 e foi aprovada, consta em Ata, e também em fevereiro fizemos a disponibilização aos membros da Câmara técnica das atividades que o plano da bacia estava realizando, depois em abril-maio fizemos na CT entendimentos com a professora Mônica dessas possibilidades e colocar a tarefa ou as atividades de enquadramento no próprio plano e pelas atividades em desenvolvimento do plano chegamos a conclusão que ele poderia ou deveria encaminhar somente como diretrizes para o reenquadramento, que seria uma tarefa realmente para ser feita mais tarde, depois a professora Mônica pode detalhar mais. Nossas sugestões para o plano da bacia vão ser consideradas, no sentido de diretrizes. Depois, em abril-maio fizemos reuniões sobre o Programa Córrego Limpo, em apresentação pelo pessoal da prefeitura, o Engenheiro Eduardo e o Jaime da Sabesp onde foi apresentada a programação do Programa Córrego Limpo e as atividades em desenvolvimento através da prefeitura, da Sabesp, envolvidos no programa e também foram apresentados os córregos priorizados na primeira atividade do programa, parece que são 42, e também o andamento do

programa, e foram discutidas também formas de integração do assunto, do aproveitamento do resultado do plano, do programa para o plano da bacia, ou utilização no plano da questão da qualidade da água e também de certa forma ligado ao assunto enquadramento. É isso, o professor Sadalla pede desculpas por não ter vindo mas rapidamente foram essas atividades desenvolvidas.

Presidente - Alguma consideração, pergunta ? Passamos para o item 6 "Apresentação das diretrizes do plano de ações para bacia do Alto Tietê" pela professora Mônica Porto.

Professora Mônica Porto- Bom dia a todos. Esse é um trabalho que eu considero como dos mais desafiadores porque a bacia do Alto Tietê é certamente a bacia mais complexa do País. Preparei a apresentação em duas partes, em uma seria a apresentação dos melhores momentos da primeira etapa de trabalho que chamamos de diagnóstico analítico da bacia do Alto Tietê, até porque já foi objeto de uma apresentação específica de um dos membros de nossa equipe e em seguida trago para os senhores o que estamos, em conjunto com o GT plano, discutindo no âmbito do plano de ação da bacia. Trabalhamos, na primeira fase do trabalho, o diagnóstico analítico da bacia, porque um dos desafios do plano foi quando saiu a resolução do CRH sobre o conteúdo mínimo dos planos, há inicialmente o roteiro, o roteiro de apresentação da situação da bacia, e essa primeira parte de conteúdo mínimo, a bacia do Alto Tietê é um pouco diferente das demais do estado e ela não se presta a conclusões no sumário de diagnósticos da bacia muito bem na forma como o CRH exigiu naquela Deliberação, há coisas ali que têm menor importância para a bacia do Alto Tietê e coisas de muita relevância da bacia que não constam daquela resolução, no item de estado atual da bacia e tivemos um pouco de trabalho para adaptar a bacia do Alto Tietê naquela primeira parte do diagnóstico mas concluímos o relatório de diagnóstico um relatório de 500 páginas, quer dizer, não dá para falar da bacia do Alto Tietê de forma breve, mas fizemos um esforço e a razão principal era para que a situação atual que chamamos de diagnóstico analítico de

fato fosse uma base consistente para o plano de ação. Da mesma forma, coordenei o plano anterior, os que participaram da discussão onde ele foi aprovado em 2003, devem se lembrar, temos uma coisa muito interessante, temos em cada plano um mote, dirigido por um assunto específico, que detectamos como problema de fato ocorrido na bacia e naquela época o problema foi o uso e ocupação do solo e chamamos muito a atenção naquele plano que a bacia apresenta uma problemática especial em recursos hídricos por ela praticamente se focar na questão da dinâmica do uso do solo na bacia e acho que naquela oportunidade as discussões foram muito ricas, inclusive porque foram no sentido de uma movimentação estratégica da bacia já que as questões de disciplinamento desocupação do solo não são dos setores de recursos hídricos, sai da alçada de ação legal do setor de recursos hídricos, são de competências quase que exclusivamente dos municípios. Essa relação, como se faria a passagem das necessidades e destinação das ocupação do solo na bacia para os municípios foi aquele grande mote e acho que hoje ninguém mais questiona essa necessidade. Quando começamos o diagnóstico desse plano foi muito interessante porque apesar de que ainda temos essa questão de fundo, da dinâmica urbana, e nada mudou, do outro plano para cá, a problemática continua a mesma, os desafios continuam os mesmos, mas nesse plano a evolução do próprio sistema de gestão, do sistema de informação, foi capaz de nos mostrar com muita clareza que o problema da escassez da bacia, que no plano anterior apesar de todos sabermos dessa escassez, no plano anterior por um problema de banco de dados, o sistema de informação, do cadastro de outorga, não conseguimos de fato, apontar as áreas de escassez hídrica, os conflitos na bacia, conflito entre usos, e em que locais, e isso foi feito nesse diagnóstico agora, e essa para mim é uma das coisas mais relevantes que fizemos agora como resultado desse diagnóstico, nesse plano conseguimos de fato fazer um diagnóstico preciso e que nos vai dar bons subsídios para lidar com essa escassez, fato amplamente conhecido, mas não conhecido no detalhe a ponto de estar no plano de ação. Acho que esse é o mote desse plano, a

escassez hídrica da bacia. Do reconhecimento que temos de uma bacia com o número de usuários muito elevado, diferentes usuários, de diversos setores, e temos que lidar com esses conflitos. As primeiras conclusões sobre a disponibilidade, não é novidade nenhuma, é crítica, mas o que conseguimos, acho muito relevante, é o fato de conseguimos apontar o aumento do risco de não atendimento dos outorgados, porque quando em uma bacia esses usos outorgados a partir da disponibilidade hídrica que se supõe que existe, usam-se alguns níveis de riscos, por exemplo a famosa vazão Q710, vazão mínima que tem permanência, ocorre em média 2% do tempo na bacia, e outra forma de outorgar com uma vazão que permanece em pelo menos 5% na bacia. O que a bacia não dispõe, acho isso um problema interessante, vamos ter que fazer caber, insisto, é a grande parte do nosso plano de ação, não adianta dizermos, a disponibilidade superficial é a crítica e portanto não vamos outorgar mais nada, não é essa a saída para nossa bacia, os usos já outorgados estão em risco de não serem atendidos porque nós temos muita gente querendo usar água. A complexidade das soluções alternativas, a solução também não é simplesmente por conta da oferta, queremos dizer que teremos que de alguma maneira criar mecanismos na bacia para contornar o problema da escassez hídrica no sentido de trabalhar com todos os usuários, que significa o abastecimento público, irrigantes, indústrias, vamos chamar de programa de gestão de demandas e de plano de contingência, estou querendo dizer, nós gostaríamos, por exemplo, de atender que a bacia tivesse disponibilidade hídrica para atender o setor de abastecimento público durante 95% do tempo, essa é uma garantia comum usada no setor de recursos hídricos, fosse suficiente para que os sistemas produtores atuais pudessem garantir uma vazão suficiente para abastecimento da população durante 95% do tempo. Só que, temos também que atender os setores agrícolas e industriais. Verificamos que desde o estudo de 2002, a primeira coluna aparecendo na tabela, até o estudo atual, na penúltima coluna, que hoje o nível de uso, a quantidade do uso que está sendo feito pelo abastecimento público da bacia para irrigação e usos

industriais não conseguimos manter a garantia do abastecimento público em 95% do tempo. Em uma vazão de permanência que durante 95% é maior do que aquela, que por exemplo a disponibilidade hídrica para a bacia do Alto Tietê fosse em 95% do tempo superior a 15 m3/s e por que não conseguimos? Porque tem uso de irrigação ali. Em 95% do tempo conseguimos garantir só 14,2% para abastecimento público. Depois vemos, gostaríamos de manter 32 m3/s durante 95% do tempo no sistema Cantareira. Não conseguimos. Conseguimos manter 29,9%, e assim por diante, 14,5% no sistema Guarapiranga, conseguimos manter só 13 m3/s, durante 95% do tempo. Isso indica conflitos distintos nas diferentes regiões da bacia. A razão porque não conseguimos manter é o conflito entre abastecimento público e irrigação, no Alto Tietê Cabeceiras a razão pela qual não conseguimos atender no Cantareira é a nova outorga do sistema Cantareira na disputa da água pela bacia do Piracicaba, não conseguimos manter no sistema Guarapiranga porque entre o plano passado, em junho/2002 e agora, existem novos contratos de energia assegurados para a EMAE na produção de energia elétrica para Billings. Esses resultados para nós foram resultados muito interessantes. Onde surgiram os resultados? No sistema Cantareira da nova outorga, ou seja, o que é para nós um termômetro de conflito com a bacia vizinha, da mesma maneira como encontramos essa disputa do sistema Cantareira com a bacia do Alto Tietê, no momento em que pensarmos na extensão para outro sistema produtor e quando sair da bacia do Alto Tietê para outras bacias, encontraremos conflitos com a bacia vizinha. No sistema Alto Tietê, o DAEE fez um trabalho muito importante ao longo desse período de regularização de uso, faço questão de usar essa palavra, porque não são novos usos de outorgas que foram concedidas nesse período não são irrigantes que chegaram na bacia do Alto Tietê Cabeceiras entre 2002-06, foram irrigantes que já estavam lá e que conseguiram se regularizar, por exemplo de um grupo de irrigantes que tira água de um canal do Biritiba e ao fazer isso, apesar de ser uma vazão relativamente pequena, 0,5 M3/s e ao fazer isso é como que se estivessem na jugular do sistema, e isso

interfere na disponibilidade hídrica de abastecimento. E da mesma maneira temos a operação da usina Henry Border que entra no pico, uma usina que serve de estabilidade para o sistema energético da região metropolitana, existem níveis operacionais, níveis de produções de energia e hoje está completamente regularizado na ANEEL e portanto precisa ser levado em conta na disponibilidade hídrica do Guarapiranga. Nós fizemos também, algo muito interessante, esse estudo de disponibilidade hídrica superficial não foi feito com base na suposição de demandas, foi feito com base no retrato atual, e documentos legais, direitos de uso da água que os usuários que possuem, em usos outorgados, os contratos de energia assegurados pela ANEEL, essa é uma situação que não é futura, é a atual. Então vamos ter que enfrentar no plano de ação, a solução para o irrigante é a seguinte, não vou dar a outorga? Ele está lá há trinta anos, no Alto Tietê Cabeceiras. Ele vai sair? Claro que não, ele vai continuar, e irregular, então nossa atitude tem que ser diferente, na verdade temos que fazer um esforço para de fato outorgar todos os usos, trazer todo mundo para dentro do sistema para podermos começar a negociar, gestão de demanda, plano de contingência, 5% do tempo não tem água para todo mundo é muito mais lógico em uma bacia com essa demanda juntar todo mundo e dizer o que vamos fazer em 5% desse tempo que não tem água para todo mundo. Eu acho que se pudermos fazer isso hoje e, hoje temos informações muito melhores do que tínhamos em 2002, com as outorgas, do esforço que foi feito na regularização de uso, hoje traz um nível de informação muito bom e acho que tem uma lição excepcional, que a gestão de recursos hídricos sem um bom sistema de informações não é nada, se existe um investimento nobre a ser feito é a melhoria do sistema de informações, talvez seja um dos investimentos mais nobres, e nossa decisão será cada vez mais qualificada quanto melhor for a informação.

Edmundo- A Dra. acha que aumentou muito a distribuição de outorgas?

Mônica Porto- Sim. Triplicou o número de outorgas de 2002 até agora. A questão das águas subterrâneas, uma contribuição muito importante do plano anterior, e refinarmos o trabalho para esse plano e realmente confirmamos que temos um uso ainda muito significativo de águas subterrâneas da bacia e nossa preocupação é como fazer para garantir que esses usuários permaneceram usando águas subterrâneas porque se der alguma encrenca na água subterrânea, o sistema, a disponibilidade hídrica superficial não sustenta, temos que garantir que quem está em água subterrânea fique porque a disponibilidade hídrica superficial não sustenta. Todas essas áreas vermelhas nesse mapa são áreas de risco de rebaixamento de nível, ao rebaixar o nível do lençol vai aumentar a conta de energia elétrica e essas pessoas, a tendência de voltar para água superficial é um risco, que não podemos correr, e o outro risco é o risco da vulnerabilidade da qualidade da água, todos esses pontinhos escuros são do banco de dados da Cetesb, são as áreas de postos de combustíveis, nas outras verdes, disposição de resíduos, e os triângulos áreas de localização industrial. Também temos na água subterrânea vulnerabilidade da qualidade da água e quando esses dados são plotados esses dados em vermelho mais escuro, são as áreas de maior vulnerabilidade à contaminação do aquífero e vocês podem ver que temos áreas muito preocupantes e é uma área, águas subterrâneas onde temos uma gestão muito complicada. Esses eram os pontos principais do diagnóstico. A questão da dinâmica urbana se mantém, como tínhamos mostrado no plano anterior, com crescimentos populacionais bastante expressivos nas áreas dos mananciais, na área de drenagem urbana tivemos também alguns pontos interessantes, por exemplo tentamos levantar os níveis de lentidão no trânsito em São Paulo com a presença de chuva, onde o azul é o congestionamento e vermelho é a chuva, do nível de comprimento em kms do congestionamento na cidade, e não conseguimos uma relação muito boa mas é interessante mostrar porque permitiu que a gente fizesse algumas outras boas conclusões como por exemplo o número de pontos de inundação em relação ao volume precipitado, como ele cresce de acordo com o volume precipitado e com respeito à

dinâmica do uso e ocupação do solo. Vocês estão vendo a vazão média na barragem Edgard de Souza, o crescimento das vazões médias ao longo do tempo, fruto da urbanização, com a relação muito interessante entre drenagem urbana e urbanização. Foi um estudo interessante que consta do diagnóstico. Fizemos um bom levantamento do estágio atual do projeto Tietê, do plano de macro drenagem e na última parte do diagnóstico houve muita mudança no contexto legal na bacia do Alto Tietê do último plano para cá, quando se constituiu a Agência, por exemplo foi aprovada a Lei da cobrança, fizemos um levantamento do arcabouço legal, dos instrumentos de gestão atualmente utilizados, levantamento do modelo institucional para levantar qual é a missão e a estratégia institucional de cada um dos componentes do sistema, da qual foi dada pouca importância, e aqui por exemplo se mostrou muito rica. Vamos ao que interessa agora, o estágio atual do desenvolvimento do plano de ação. O plano de ação é um grupo de ações que permitem à bacia enfrentar esses problemas que foram elencados, só que temos que fazer uma observação, esse grupo de ações, podem ser subdivididas em dois grupos, um primeiro que está diretamente sobre a responsabilidade do Comitê da bacia e da Agência, as ações que serão feitas com os recursos da cobrança, o que está 100% na mão do sistema de recursos hídricos decidir sobre elas e se vai investir ou não nessas ações, e existe o segundo grupo de ações que estão sob responsabilidade dos demais agentes, municípios, prefeituras, serviços de saneamento, etc., que também tem interferência no plano da bacia hidrográfica, por exemplo uso e ocupação do solo que é da responsabilidade dos municípios. O segundo ponto, o que é uma ação? Pode ser um estudo, projeto ou uma obra, estudos também são considerados ações que vão precisar de uma série de estudos, de médio, curto e longo prazo, e em três cenários: desejável, passível de realização obedecendo as restrições financeiras e um cenário recomendado. O plano de ação se subdivide nas áreas de disponibilidade hídrica, a qualidade da água, drenagem urbana e na melhoria institucional e melhoria da gestão. Essas são as ações. O tema disponibilidade hídrica, que para mim, estou vendo esse

filme há algum tempo, é o mote desse plano, merecendo um debate maior, estamos trabalhando e vendo que a bacia necessita de gestões na área de gestão de demanda, de planos de contingência, rediscutir seus planos de outorgas, expansão da oferta e sustentabilidade do uso da água subterrânea. Na gestão de demanda o plano vai indicar diretrizes, estudos que mostrem quais são as melhores formas de gestão de demanda, por exemplo linha de financiamento para os irrigantes do Alto Tietê trocarem seus sistemas de irrigantes, linha de financiamento para reuso e assim por diante, tendo formas de indução de gestão de demandas, gestão de perdas, linhas de financiamento eventualmente para equipamentos mesmo no uso doméstico, alterações no código de obras, etc, para novos edifícios, e a questão do consumo. Na verdade vamos trabalhar com diretrizes e indicar quais estudos precisam ser feitos para que isso se torne real na bacia. O plano de contingência, são os tais dos 5% do tempo onde não conseguimos atender todo mundo, nós também vamos fazer diretrizes, onde precisamos ter sistema de alertas de seca, precisa trabalhar com informação, qual é o sistema de alerta e emergência na disponibilidade hídrica, quais instrumentos podem ser utilizados nessa questão na seca, seguro, indenização, onde entra nisso o agricultor para não ligar naquele período. As políticas de racionamento, quando chegar na época de racionamento, e como ele será decretado, e isso exige um aparato operacional em termos de informações e hidrológicas, um aparato institucional legal, nós esperamos pelo menos diretrizes do que seria um plano de contingência da bacia. Novos critérios de outorga, não dá mais para trabalhar de forma muito certinha como trabalhamos em outras regiões do estado, o esforço de regularização de uso e as novas outorgas, uma coisa é a regularização de uso de agente já instalada e outra de novas outorgas, critério de riscos para a possibilidade de outorga sazonal, etc, são novas discussões interessantes que teremos de fazer, a questão da expansão da oferta, já existe em outros estudos que estão sendo feitos para isso, por exemplo o estudo da macro metrópole, que vai ser contratado brevemente, a questão da expansão da água

subterrânea que não sabemos na verdade qual a disponibilidade hídrica da água subterrânea, no uso da agricultura e indústria o problema da gestão da demanda, como elas vão se expandir ou não, e na uso da energia a gestão conjunta da Billings, e vai ter um conflito, a se manter os contratos de energia segurados, não dá muito para expandir, e a sustentabilidade da disponibilidade hídrica das águas subterrâneas que no plano de ação temos que melhorar nosso conhecimento sobre essas áreas super exploradas, as áreas vermelhas que vimos no mapa, áreas contaminadas e identificar áreas onde há possibilidade de expansão dessa exploração e melhorar muito a gestão dos recursos hídricos da área da gestão subterrânea ? O que evoluímos de 2002 para cá na outorga superficial não evoluímos na outorga subterrânea, a atração do usuário para regularizar seu uso em um posto, na área de qualidade da água, o plano de ação que discute dois grupos de ação, uma na área de infra-estrutura, não tem muito o que inventar, do projeto Tietê, e alguns novos programas são muito interessantes quando pensamos em recuperação de corpos hídricos degradados, por exemplo o Córrego Limpo e outras necessidades que já aparecem no horizonte, por exemplo estudos relativos ao aumento da coleta de esgotos, redução da inter conexão entre rede de drenagem e esgotos, e de contenção de cargas difusas, temos feito uma série de piscinões que são estruturas que servem tanto para redução do pico de cheia como para retenção da carga difusa e eles têm sido projetados apenas quanto à quantidade de água e não pela qualidade, e seria interessante nessa nova fase do plano de macro drenagem que fosse levado em consideração, também com base na retenção das cargas difusas. Na parte de gestão na área da qualidade da água, a questão do monitoramento, monitoramento de bacia, de cargas difusas. A questão do enquadramento como o Dr. Andriguetti já salientou, podemos continuar na bacia do enquadramento de acordo com o decreto da década de 60, temos que pensar em reenquadrar a bacia e isso vai aparecer depois, as diretrizes de enquadramento, metas de qualidade da água, nos municípios da bacia, não adianta sonhar muito alto, essa também vai ser uma discussão

interessante, tidas não estruturais, de controle de carga difusa, fundamentalmente uso e ocupação do solo, articulação entre a esfera de poder para implementação na área de qualidade da água, e diretrizes da qualidade da água que o próprio Comitê da bacia vai poder avaliar. Quero voltar a insistir, percebam claramente que esses são temas, e parte estão naquele item do sistema, por exemplo do programa Córrego Limpo, não são ações que são feitas com recursos deliberados pelo Comitê, são ações feitas pelos agentes, agora, tem outras ações que são feitas sim com recursos do Comitê, por exemplo esse estudo relativo ao aumento da eficiência de coleta de esgoto ou da proposta de reenquadramento, são ações que vão estar separadas no plano de ação como investimentos do próprio sistema de recursos e hídricos. No sistema de drenagem nos planos diretores municipais de drenagem, de diretrizes específicas para isso, diretrizes específicas para área de proteção dos mananciais, específicas para controle na fonte, as tais piscininhas, voltar a discutir a questão da vazão de restrição, na área institucional e a vinculação desse plano de bacia com os outros planos, por exemplo plano estadual, ações de reenquadramento compatível com a capacidade de investimentos na bacia, a criação de metas progressivas, foi uma coisa que a resolução 357 que substituiu a antiga CONAMA 20 permite agora, e para essa bacia é absolutamente fundamental, a melhoria do sistema de informação de outorgas, novas formas de análise de outorga, instrumento de cobrança em que vamos praticamente usar os mecanismos de cobrança, a melhoria do sistema de informação, acompanhamento dos projetos de investimento do FEHIDRO e mecanismos compensatórios, melhoria dos processos decisórios, hoje temos a Agência funcionando, e uma série de decisões que vão entrar com os recursos da cobrança, proposta de divisão do trabalho entre as diversas instâncias de decisão, enfim, é isso. Desculpe se me estendi um pouco e estou à disposição para quaisquer perguntas.

Presidente - Vamos fazer as inscrições então, vamos nos coordenar. Quero agradecer a exposição e vamos às pessoas que têm

alguma dúvida com respeito à palestra ou algumas sugestões que poderiam ser inseridas no relatório final.

Vice-Presidente - Um comentário, na realidade, observando a apresentação da professora Mônica, discutindo com o Presidente, comentávamos o seguinte, ficou demonstrado analogamente ao que está acontecendo hoje com o mundo financeiro, nosso sistema de gestão de recursos hídricos está trabalhando com uma alavancagem, ou seja...

Mônica Porto- Usando as reservas.

Vice-Presidente - É. Só que é diferente, o que está acontecendo no sistema financeiro prejudica algumas instituições, mas se os riscos assumirem uma proporção de realidade teremos um colapso que atinge de maneira muito mais séria do que atingiram o sistema financeiro, estamos falando de outra dimensão de problemas, por isso não é admissível trabalhar em alavancagem na questão da disponibilidade dos recursos hídricos, exatamente por conta das conseqüências do que isso pode trazer. O plano deixa muito claro e nos coloca diante de uma responsabilidade muito grande, como resolver os problemas da expansão da oferta e da redução de perdas, e dos demais problemas foram colocados principalmente da qualidade e com relação também as águas subterrâneas. Obrigado.

Eduardo a Raccioppi- Representante do segmento Sociedade Civil Organizada entidade Instituto Aruanda e Vice-Presidente do Subcomitê Billings-Tamanduateí- Nós estamos fazendo um plano de gestão do que falta, em tese, as cargas ocupacionais, pelo que a senhora colocou, há algumas questões que temos que responder, tem dois caminhos, pela redução de consumo e reuso. Muitas empresas estão saindo da região do estado, sou consultor de empresas e a empresa desativou 50% de sua produção em São Paulo, Barueri, e hoje está no Paraná. A gestão do que falta, é a único que estamos fazendo, e demorando por isso, agora, se não temos um aprofundamento da capacidade do suporte, da capacidade de carga, aquilo que iria demorar muito vai

demorar pouco. Como vamos resolver essa questão quando a dinâmica da ocupação continua, com essa dinâmica hídrica de legalização, quando temos o crescimento da demanda e a diminuição cada vez mais da qualidade da oferta? Eu estou tomando água quando tomo antidepressivos, anticoncepcional, quando tomo banho, quando cozinho, tudo isso leva água, a água pelo esgoto está sendo reusada, isso é uma verdade. A outra questão é como podemos entender a recuperação da oferta quando estamos impermeabilizando as calhas de produção da água, diminuindo a capacidade de retenção da água inclusive dentro do reservatório, é um problema muito complexo como você colocou aqui e é uma questão, quando do próprio estudo da Billings junto com a prefeitura de São Bernardo, que colocavam a questão da demanda e da qualidade da água, que o colapso aconteceria em dez ou quinze anos. Você acha que com um plano como esse poderemos ter soluções para que esse colapso não chegue tão rápido? Outra questão, quando você fala da possibilidade de aumentar a oferta de água, está colocado de que forma, não ser algo parecido com o que temos da transferência, a transposição de água de outras bacias para nossa bacia? Como se resolve o problema de aumentar se temos uma demanda cinco vezes superior à oferta, como podemos recuperar essas quatro vezes?

Mônica Porto- Existem algumas frentes abertas no plano de ação, uma é a expansão da oferta, não há fórmula para expansão da oferta dentro da bacia, a expansão da oferta obrigatoriamente sai da bacia e por isso que ela hoje é tema do macro metrópole, porque se tornou um problema tão grande que não se considera a expansão na região metropolitana de São Paulo sem a interferência em Santos, Sorocaba, Piracicaba, Paraíba, Vale do Ribeira, e hoje é objeto do estudo de macro metrópole coordenado pela Secretaria de Saneamento, agora, o que podemos fazer dentro da bacia? Podemos fazer a gestão de demanda, por isso o plano aponta com tanta força para a gestão de demanda. Onde podemos conseguir mais água? Como podemos fazer caber mais gente? Se Temos ações distintas para a área das indústrias, para a área de irrigação e de

saneamento e inclusive para os próprios municípios, porque por exemplo temos questões centralizados em condomínios, e uma série de coisas depende do códigos de obra. O foco está, expandir, só fora da bacia, agora, podemos melhorar o uso da água dentro da bacia, agora, como disse ,permanecem as questões de uso e ocupação do solo, do mesmo jeito que no plano anterior, e há um desafio muito grande para o setor de recursos hídricos, ele não tem competência legal para atuar nesse setor porque é uma delegação constitucionalmente do município. Podemos criar por exemplo incentivos, incentivando municípios que queiram controlar áreas de várzea, a expansão de suas áreas sobre os mananciais, impermeabilização e etc, que podem ser incentivados por exemplo com programas do recurso da cobrança, não podemos fazer nada mais do que um programa de incentivos porque não é de sua competência legal e essa é a grande importância do um terço da participação municipal, essa responsabilidade cai sobre os municípios gerindo o uso e ocupação do solo. Sou otimista.

Presidente - Você mesmo, só mais alto um pouco por favor porque sem microfone é terrível.

Hélio - Em 2004 teve a renovação da outorga do Cantareira e a participação do Comitê foi fraca, foi mais embate da Sabesp e o PCJ, qual você acha que é o papel da bacia do Alto Tietê nesse processo de negociação da outorga ?

Mônica Porto- Concordo com você, temos uma explicitação melhor agora da escassez, desses dados, e eu espero, tenho impressão que é um instrumento para o Comitê do Alto Tietê negociar, porque não dá para não pensar em depender do Cantareira, e isso vai significar criar conflito com outra bacia, e os números mostram. Quando o sistema fala de sistema de informação acho que o Comitê do Alto Tietê tem que começar a se preparar para ter ferramentas de discussão com o Piracicaba. Esse Comitê tem a responsabilidade de gestão dos recursos de uma bacia, e que não tem outra alternativa, de não se tirar de outra bacia. Tem que se preparar para quando chegar em 2014, não pode correr o

risco do PCJ falar " vocês não fazem gestão de demanda, vocês não têm plano de contingência, e não fazem isso e aquilo, então podem reduzir a dependência do Cantareira porque tem gordura para queimar", esse programa tem que preparar a bacia para a discussão com o PCJ, para expansão da oferta para qualquer outra bacia que seja considerada como o melhor futuro de expansão da oferta.

Presidente - Fale alto por favor.

Renato Augusto Abdo Engenheiro Agrônomo representando o Sindicato Rural de Mogi das Cruzes- Gostaria de fazer alguns esclarecimentos da área da agricultura. Represento 5000 produtores da região do Alto Tietê. Acho que a maioria aqui não conhece o sistema agrícola da forma como ele acontece. Hoje temos no nosso país uma política pública e uma política agrícola, muito focada em três segmentos da agricultura : grandes culturas, agricultura familiar e agricultura de subsistência e fica totalmente de fora agricultura representada pelo Alto Tietê que é a agricultura empresarial de pequeno e médio porte, que não é familiar e muito menos de subsistência. Esse produtor tem condições de colocar à nossa mesa todos alimentos que consumimos todos os dias, então ele não faz parte só da cadeia produtiva rural, faz parte de uma cadeia de alimentos e coloca em consideração também a nossa subsistência. Nunca sou contra a parte de gestão de recursos hídricos, mas também não podemos sofrer o embate de toda a consequência dessa política. Hoje o produtor está lá naquela bacia, não há 30, mas há 100 anos, estamos completando 100 anos da imigração, estão produzindo naquela micro bacia, naquela bacia hidrográfica, durante 100 anos. 100 anos quando falamos em sustentabilidade, não conseguimos ter a dimensão do que é ser sustentável, por que 100 anos é ser sustentável? Não sabemos. As áreas de produção agrícola hoje não estão mais se expandindo, já pela restrição das leis de proteção e recuperação dos mananciais, mas também pela tecnologia aplicada pelo produtor rural para que tenhamos maior produtividade em menor área, tanto que no município de Suzano tínhamos cerca de 11.000 hectares

produzidos e hoje temos 1500 hectares por ‘ N ‘ situações tanto de expansão urbana com industrial mas também o efeito da alta produtividade em menor área, Mogi das Cruzes Salesópolis e Biritiba Mirim, os três maiores municípios representantes de produtos de hortaliças e frutas do país, que abastecem nossa capital em 35% do consumo diário e 5% do mercado do Rio de Janeiro, tem que ser analisado de uma forma um pouco mais delicada. Hoje para o produtor rural quando falamos em outorga do uso da água os dados que o DAEE tem não representam nem 1% dos produtores que conseguiram tirar outorga porque o sistema de licenciamento e adequação legal desse produtor rural não acontece, e uma, não tem um mínimo incentivo para que isso aconteça, quando ele vai tirar a outorga tem que entrar no licenciamento ambiental, passar pelo DUSM e DEPRN e que não liberam a licença e não trabalham no sistema como deveriam trabalhar, estou falando isso em um nível que todos conhecem o sistema detalhadamente, imagine o produtor rural que está enfiado no meio do mato e não tem o menor nível de informação sobre o assunto,quando você fala do licenciamento ambiental, adequação legal, reserva legal área de APP, recursos hídricos, ele não entende nada, não é porque não tem interesse é porque não têm acesso às informações, o sistema de Internet não funciona, quando tem telefone cai uma árvore em um fio e ele não conseguem ter dinamismo de informações que temos no centro urbano, isso também é um ponto bastante relevante. Quando falamos em tecnologia agrícola hoje temos produtores na nossa região que utilizam o sistema de irrigação chamado tipo espaguete ou nebulização, que coloca gota a gota nutrição e a quantidade de água que aquela planta precisa, não tem nem evapotranspiração. Quando a gente fala de captação superficial, o Alto Tietê hoje representa 4% da captação superficial lembrando que mais de 80% volta para o ciclo da água ou por infiltração, evapotranspiração, transpiração ou por evaporação do solo, então todos esses aspectos tem que ser levados em consideração para que a gente diga esse produtor rural é responsável ou não por uma demanda hídrica desse tamanho, não sabemos porque não temos os dados efetivos e coletados. Quando falamos em ciclo de

consumo na agricultura estamos falando entre 6 e 9 horas da manhã porque o sistema produtor capta do rio e coloca em um sistema de armazenamento para fazer uma irrigação futura, porque se todos coletassem ao mesmo tempo seria bastante impactante, só que a gente não consegue fazer da forma como gostaria, você tem horários certos para irrigação, não pode deixar passar e nem fazer muito antes, porque você tem que colher para mandar para o mercado, e se você fizer muito depois você danifica. Então todos esses pontos de parâmetros técnicos também devem ser levados em consideração e trago essas informações para que todos conheçam essa complexidade do sistema de produção agrícola, que não é simplesmente "o produtor não quer saber de nada, não quer participar dos debates", não, ele não tem condições e nem tempo, por isso que estou aqui representando. Imagine, as informações que muitas das vezes não temos e outro fator que devemos levar em bastante consideração do produtor rural, é que a atividade econômica mais próxima das possíveis áreas de preservação e recuperação do nosso aquífero, ele está lá dentro, e tem de ser consultado sobre como vamos fazer isso porque não podemos deixar de produzir, água, e nem alimentos, então vamos ter que trabalhar com o produtor rural de uma forma ou de outra. As condições que senhora falou são perfeitas sobre isso, financiamento de sistema de irrigação, incentivo à legalização, hoje ele não consegue se legalizar nem tributária, trabalhista e nem ambientalmente, não consegue, ele até quer, e o principal motivo é o alto custo dessas legalizações e hoje por ele estar nessas possíveis áreas de preservação e conservação do meio ambiente ele é um dos que conseguem conter a ocupação urbana desordenada e atuam ao mesmo tempo nessas áreas de recuperação e proteção. Peço então que todos ponderem um pouco mais sobre essas informações dos produtores rurais, isso vem também de nossa responsabilidade, não estamos mais atuante nesses colegiados, há muitos anos atrás, só que hoje estamos atuando. Quando trago as informações muita gente fala "a represa de Taiaçupeba é contaminada por nitrato por causa do produtor", a informação é assim, nitrato é impossível,

porque nitrato quando em contato com solo e a solução hídrica, vira nitrito e é fixado no solo, então na agricultura não pode ser nitrato. Então de informações técnicas e de base tecnológica e conseguimos combater, e conversar sobre o assunto, então é preciso esses esclarecimentos para ponderarmos um pouco melhor quando vamos tratar com o setor agrícola lembrando que é parte da cadeia de alimentos. Obrigado.

Professora Mônica- Não, eu acho que tudo isso é o que a gente quer incluir na questão da gestão de demanda, e um ponto importante, interessa esse tipo de ocupação na bacia, uma forma de ocupação que contém um pouco a expansão urbana, no que ele falou por último.

Sandra - representante do segmento municípios-prefeitura do município de Santo André- Tenho uma dúvida, hoje eu esperava a apresentação, o arcabouço do plano, ficou mais claro, dos temas e subtemas que abrangem ações que vão compor todas as diretrizes desse plano, mas para poder sentir, entender, visualizar melhor e até mesmo onde se inserem essas diretrizes gostaria de saber se vai ser disponibilizado esse arcabouço para nós para termos essa visão exatamente.

Professora Mônica - Claro, claro.

Sandra- Porque na verdade as diretrizes que seria o tema, você especificou algumas, mas ainda não estão claras nesse arcabouço geral onde estão inseridas, então na verdade é mais uma solicitação.

Professora Mônica- Claro, o plano de ação na verdade está sendo desenvolvido junto com o GT Plano, o plano de ação não está formatado em sua forma final, essa parte do contexto institucional e legal ainda vai ser trabalhada, agora, assim que finalizarmos essas discussões no GT plano é que portanto a gente pode finalizar o plano de ação, obviamente ele tem que ser levado para discussão junto ao Comitê, vai ser disponibilizado na forma de texto para o Comitê, ainda não fizemos isso porque estamos no meio do trabalho.

Bonfílio Alves - Representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana-IPEH- Bom dia a todos. Quero parabenizar a Mônica Porto e equipe, todos têm dado uma contribuição fundamental para essa peça que é orientadora de nosso trabalho. Gostaria que você falasse um pouco mais como está abordado o tema resíduos sólidos, que tem a ver com a qualidade dos recursos hídricos, porque estamos em um cenário da região metropolitana de colapso na questão da disposição dos resíduos sólidos e a cada dia temos mais lixos e menos locais de depósito e no nosso caso não houve uma preocupação localizada sobre isso. Com relação ao sistema de outorgas das águas subterrâneas, entendi que não houve evolução do sistema de outorgas de dois anos e meio para cá, e a partir dessa observação, qual é sua base confiável que o plano até agora tem se utilizado para estimar ou se é possível o aumento da demanda até 15 m3/s. Outra questão, a gestão de demanda, não está na exposição mas obviamente apontado dentro do plano, não vi também a questão tão importante e tão cara que é a questão da educação ambiental, observando a fala dos usuários agrícolas vemos quão importante é a educação ambiental e quando se fala também de uso racional, sem educação ambiental é impossível trabalhar a questão da gestão de demandas, sem esse item que é tão caro também para a gestão integrada dos recursos hídricos. Não vi esse tema também nessa exposição. O tema do uso racional da água, da gestão de perdas que influencia também a questão de demanda oferta, e tenho conhecimento que a Sabesp tem entre suas principais diretrizes de ação a questão do controle de perdas que estima-se hoje nos absurdos 40% de perdas do sistema, se efetivamente há uma ação desse maior usuário para reduzir isso e como repercute por exemplo com outras medidas na concepção por exemplo da criação de uma macro metrópole, tendo em vista que isso é gerador de conflitos. Outro tema que também não vi, quais são as metas efetivas de despoluição, saneamento, de despoluição de nossos corpos d'água para não ficarmos só na dependência dos macro projetos que só vão gerar mais dispêndios e são soluções duvidosas para os próximos trinta anos.

Mônica Porto- Eu fiz um relato muito breve do diagnóstico, levantei como faLei uma coisa dos melhores momentos do diagnóstico e tem todo um capítulo sobre a questão dos resíduos sólidos e áreas contaminadas. Está descrito com muitos detalhes na região metropolitana e o atual domínio da Cetesb sobre os contaminantes. Agora, resíduos sólidos é a mesma coisa da questão do uso e ocupação do solo, o setor de recursos hídricos não têm possibilidade de atuação direta, da mesma madeira que o uso e ocupação do solo pode trabalhar com os municípios na forma de incentivo, de novo, essas são as franjas da gestão dos recursos hídricos. No pacote de mecanismos de incentivos há um pacote principalmente às boas práticas municipais onde tem que estar incluído o problema de impermeabilização, proteção de áreas de várzeas, resíduos sólidos, e isso a gente só consegue fazer em formas de incentivo, não tem outra forma. Com relação a águas subterrâneas é isso mesmo, nós praticamente estacionamos o número de outorgas dadas nesses últimos tempos pelo DAEE, e tem que ter um empurrão do Comitê para poder ter a mesma atuação. O plano trabalhou com conhecimento técnico, aqui houve uma apresentação do Ricardo H. e ele fez essas previsões com o trabalho de formiguinha junto às empresas perfuradoras para tentar levantar dados que não constam do cadastro de outorga e tem também a experiência do Ricardo com os estudos dele da recarga do aquífero aqui na região metropolitana, e desses recursos de recarga é de onde sai o potencial de expansão, todo estudo de águas subterrâneas na região metropolitana de São Paulo é muito prejudicado pela ausência de dados e pelo cadastro pequeno de outorgas, é muito mais uma coisa baseada na experiência do Ricardo e dos outros sistemas de pesquisa que ele tem do que propriamente de um sistema de informação.

Bonfílio- As áreas de recarga também estão mapeadas para termos informações dentro do plano de bacia ?

Mônica Porto - Sim, inclusive temos dados interessantes, o Ricardo fez um estudo de como é a recarga na área impermeabilizada, com conclusões muito interessantes, que

boa parte, uma parte expressiva, da área de recarga vem do vazamento do sistema de drenagem, as galerias de águas pluviais onde grande parte delas não têm mais fundo, de água pluvial de fato, a chuva, que de certa maneira é uma coisa boa porque significa que escoa e a outra parte obviamente vem da perda da rede de água, uma parte da perda da rede de esgoto, e uma parte de recarga por ordem de infiltração. Praticamente 70% da recarga vem dessas três coisas, a galeria a maior parte, rede de água e rede de esgoto. É o primeiro estudo de recarga em área impermeabilizada, que era uma coisa que a gente não sabia direito como acontecia. É óbvio que educação ambiental está no programa. Agora, a gestão de demanda é muito mais que educação ambiental, educação ambiental por mais importante que seja é uma pequena parte da gestão de demanda, vai haver uma provisão para investimentos em educação ambiental, mas tem que tem haver investimento muito grande em gestão de demanda de fato, financiamento de produtor agrícola, redução de perdas, códigos de obras, que precisam de ações mais duras e de curto prazo, que educação ambiental é uma coisa de mais longo prazo. A despoluição, não adianta querer colocar o carro na frente dos bois, em ações, uma coisa que percebi nesse período, é uma mudança muito relevante, o projeto Tietê é um projeto de saneamento básico, com o objetivo de coletar e tratar os esgotos entre um projeto de saneamento básico coletar e tratar os esgotos e projeto de recuperação da qualidade da água, tem um mundo de coisas para serem feitas. O projeto Tietê precisa ser financiado pela Sabesp e é concluído. São necessários uma série de ações para recuperação da água nos corpos hídricos que não se dará apenas com a remoção do esgoto do corpo hídrico, resta carga difusa, problema das conexões ilegais e essas ações como o Córrego Limpo que é uma ação entre a Sabesp e a prefeitura que deveria servir de modelo para as outras prefeituras da gestão metropolitana, porque essas são gestões já integradas.

Romildo de Pinho Campello-representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade Fiesp- Estou preocupado com algumas situações que ocorrem, é que no Brasil é legal onde não

pode nada e ilegal onde pode tudo, e por receio de ser apenado por não estar dentro da legalidade quase 100% dos que pedem outorga pedem um valor maior do que é a realidade e quando a senhora fez um cálculo baseado nos valores da outorga a conta não bate, esse é um dado que precisa ser colocado muito claro porque a indústria e agricultura ficam colocadas como grande vilãs desse jogo e quem realmente é um visão de jogo, acerca de uma informação, não sei se ela é boa ou trágica, ou hilariante, boa parte da recarga do lençol freático feito pela Sabesp com 40% de vazamento da água tratada que captou e colocou na tubulação e isso me assusta muito e ao mesmo tempo e explica porque tem tantos poços sem outorga, porque há uma recarga do aquífero de uma maneira sui generis. Outro ponto que me preocupa muito, o Renato acabou de mostrar que a agricultura não é a vilã, por ‘ N ‘razões, e a Sabesp mantém comando e controle fortíssimo sobre nós, e somos obrigados de maneira duríssima a tratar os efluentes, captamos águas de qualidade muito ruim no corpo d'água e devolvemos com melhor qualidade, mas se a Sabesp passar com a tubulação de esgoto em frente à nossa fábrica somos obrigados a colocar na tubulação da Sabesp que serve única exclusivamente para diluir o esgoto lá dentro, ela não trata por questões técnicas e uma série de razões, e isso é uma situação que nos incomoda muito, amanhã por exemplo em Mogi das Cruzes nosso Diretor do Ciesp estará inaugurando uma Estação de Tratamento de Esgotos na fábrica onde ele é gerente que custou R$ 5 milhões e vai devolver a água em uma qualidade tão boa que não vai ser devolvida, vai manter o reuso porque essa é a prática que indústria adota. Eu só queria lembrar a senhora, para que não tenhamos distorções, não que a indústria seja uma comunidade de anjos, mas não é a vilã nesse caso, não é nem a indústria nem a agricultura, segundo para que não tenhamos um plano distorcido em função de que as informações não sejam as reais e lembrar simplesmente onde a Sabesp opera, que nem sempre as prefeituras tratam o esgoto doméstico e nós somos obrigados de maneira que não há alternativa. Só isso.

Mônica Porto- Essa questão da outorga, tem um ponto extremamente interessante, essa foi uma decisão muito discutida no outro plano, no momento em que o cidadão pede outorga adquire o direito de uso, se ele pede acima do que precisa e o órgão dá é um problema de gestão, porque não deveria dar, ele deveria ter controle para checar a propriedade da situação. No momento que foi concedido a ele o direito de uso aquela quantidade de água está reservada para ele, se ele vai ou não usar outro problema, e o sistema tem que dar a ele a garantia de uso e é assim que o sistema funciona, por isso que digo lá que a melhoria do sistema de outorga é uma das necessidades dessa bacia, e não adianta supor que todo mundo pediu 50% a mais do que precisa e faço minha conta com os 50% do consumo e vamos sair muito satisfeitos e o conflito não era aquele, não pode fazer isso. Por isso a decisão de disponibilizar a disponibilidade hídrica em diplomas legais, porque quando aquele direito está assegurado, está assegurado que é responsabilidade do sistema de gestão, e fazer cumprir aquele direito, o cidadão se legalizou, pediu outorga, foi dada e tem direito de uso dos sistemas de obrigação de garantir isso para ele. Como evoluímos disso? Volto a insistir, com o sistema de informação. Na fiscalização de outorga com controle automático, isso vai melhorar, vamos saber se pediu outorga demais e da cobrança também, a cobrança vai frear muito isso. Mas precisamos decidir hoje com a base da informação que temos de hoje é a outorga.

Romildo- Que não corresponde à realidade.

Mônica- Não corresponde mas é direito que o usuário tem, é a garantia do direito legal do usuário, uma coisa muito relevante, se a indústria pede aquilo, ela pode pedir por N razões, para uma expansão futura, ela tem de ter aquele direito assegurado, ela tem uma portaria de outorga com direito assegurado. E por isso o sistema de melhoria de informação está colocado e melhoria do sistema de outorga, será que a checagem hoje feita é adequada ? Provavelmente não. Se rediscutirmos os critérios de outorga tudo isso tem que fazer parte.

Edson José de Barros- Primeiramente queria fazer um relato, solicitei monitoramento dos corpos d'água para minha cidade em abril, não recebi resposta após cinco meses, entrei na resolução 39, até hoje não tive resposta, e pedi para cair na Cetesb DEPRN, talvez demore três meses e já estou com problemas efetivos de enchentes na área, então vemos que o sistema tem, o DAEE se posiciona extremamente rápido quanto aos corpos d'água da nossa cidade, estão dando esse exemplo. Na seqüência, o sistema de informação, apesar de entender que é atribuição do município o uso do solo, desde 81 existe um regulamento do sistema nacional de informação ambiental e a gente observa que usamos a aí vários dados da SMA, de qualidade, de quantidade, da Cetesb, para compor esse sistema e a gente observa que muitas cidades não tem corpo técnico, é uma grande reclamação, e a gente observa que algumas cidades têm sistema de informação só que os sistemas não se conversam, não conversa com a União e o estado, fica isolado mesmo, plano diretor da bacia fica lá com os dados do sistema isolado, nesse contexto é importante, uma fala que levamos aos órgãos ligados ao meio ambiente, para se montar ou no âmbito do estado um sistema compatível que tem conversa direta, de informação com o banco de dados, eu acho que tem que focar no sistema do Geocidades, não tem outra forma de um sistema ser unificador, e para municípios como Biritiba, Salesópolis, definir esse tipo de controle do uso do solo é irreal, acho que o sistema não vai caminhar enquanto não conectar o sistema de informação ambiental, sistema de recursos hídricos e criar linhas de acesso para os municípios que já estão em curso, nós vamos voltar daqui há alguns anos, isso é recorrente sempre, recorremos aos municípios que não estrutura e aí falam "vocês são grandes, vocês são pequeno", não vamos entrar no mérito, e a questão do estado como fomentador desse consórcio em grupos de municípios, de regiões específicas de forma a poder disponibilizar essa construção com agrupamentos locais, eu vejo que é importante, isso já está sendo feito e se isso não for feito não vejo com podemos avançar.

Mônica- Acho que isso é uma tarefa para gente, assim como uma tarefa mais nobre da Agência da bacia e acho que isso é uma aplicação de recursos mais nobre, para o sistema melhorar, devemos entregar para a bacia o mínimo de informações, com essas informações constantes do plano, uma série de cartas georeferenciadas, outorgas, enfim, uma série de coisas já prontas que o plano elencou e vai ser entregue para a Agência na forma de um sistema de informações, só para quando começar novos estudos não começar com a coleta de dados tudo de novo, já terá tudo isso que foi utilizado pelo plano.

Edson- Os sistemas americanos estabelecem níveis de escalas, pequenas e grandes, para planos de riscos, enchentes, e todo esse tipo de procedimento que só varia em escala tem que chegar a um consenso se não vai permanecer a crítica ao sistema de licenciamento de cinco a dez anos, porque não temos normas, procedimentos e a qualidade vai ficando horrível.

Maria Del Carmem Adsuara- Representando segmento municípios prefeitura do município de Santana do Parnaíba- Vou reportar duas coisas, os municípios têm sua parcela de responsabilidade na permeabilização e impermeabilização, no uso e ocupação do solo, e acho que essas questões vão conseguir avançar na medida em que a educação ambiental também conseguir avançar, no entanto acho que é muito importante o controle das perdas porque 40% é muita coisa e vários colegas já mencionaram. A questão do tratamento dos esgotos é uma coisa muito demagógica e acho que realmente a Sabesp precisa correr com esses projetos, e outra coisa que nos preocupa muito também é o controle e a contaminação dos aquífero subterrâneos que são recarregadas pela água tratada da Sabesp tudo bem, mas são carregados também pelo esgoto. Como fica isso, como está, existe um controle de contaminação de nossos aquífero? Acho isso preocupante porque o mapa que foi divulgado me deixou de cabelo em pé com respeito ao potencial de contaminação.

Mônica- É isso que digo, das águas subterrâneas temos problema de informação, não temos monitoramento, é feito dentro do estudo de águas contaminadas mas acho que o sistema mereceria algo mais sistemático, vamos dizer assim, de monitoramento.

Maria Del Carmem- E deveria ser compulsório.

Mônica- De maneira alguma o plano está aqui apontando o dedo de culpado para os municípios, não é isso, é que existem determinadas decisões que cabem a colegiados como esse, e agora com a atuação da Agência, que cabe ao sistema de recursos hídricos e a decisão pode ser mais ágil e há determinados temas a que não cabem a esse plenário decidir, é isso que chamamos a atenção para os municípios, para ele participar. Não é que é culpado, cada um tem sua parcela de culpa, agora, existem algumas ações, as ações do sistema de recursos hídricos, que são necessárias, e as que não são do sistema de recursos hídricos, é nisso que chamamos os municípios. Não é apontar o dedo mas para o Comitê se movimentar para atuar nessas franjas, é nesse sentido.

Sérgio Gazal- representando segmento municípios prefeitura de Itapecerica da Serra- Exemplos práticos de atuação do município na gestão de recursos hídricos...

Presidente - Professora, vamos seguir a ordem de inscrição.

Sérgio- Gostaria de me inscrever.

Presidente - Tudo bem, vou te inscrever. Itapecerica. Se não, me perco nas inscrições.

Sérgio- Minha pergunta é pertinente, pode permanecer ou não?

Presidente - Pode, pode.

Sérgio- Obrigado.

Neuza Marcondes- representando segmento governo do estado de São Paulo CRHi- Na questão do uso e ocupação do solo é competência constitucional dos municípios, a decisão sobre esse tema não cabe aos órgãos gestores eu lembro que nós órgãos gestores, Comitê de bacia, em São Paulo, não é como no sistema federal, que tem 50% do estado federal, 40% de usuários e 10% para estado e municípios, está aqui nosso Presidente que é de município e para nós seria ótimo que ele traga todos prefeitos aqui, poderemos tomar decisões que orientem o uso e ocupação do solo.

Mônica- É o que eu digo, o que precisa ser feito? Não há possibilidade de Deliberação do Comitê em uso e ocupação do solo e a participação dos municípios é essencial.

Neusa- Mais que isso a conseqüência do uso inadequado do solo, ele estando aqui, podemos discutir as conseqüências.

Presidente - Márcia. Desculpe Rui, a sala não é apropriada...

Participante - A sala é ótima.

Presidente - É que não temos uma comunicação adequada aqui. Você aguarde a Márcia, Rui, e depois vamos encerrar, eu não tenho nenhum desejo de encerrar esses questionamentos de propostas por conta que é a primeira vez que a professora está conosco fazendo uma apresentação, o que eu peço é que tenhamos bom senso nos questionamentos que temos ainda algumas Deliberações, a proposta final da indicação do Conselho Fiscal da Fundação e estamos perto do meio-dia.

Márcia Nascimento- representante do segmento governo do estado de São Paulo CEPLA- Vou ser rápida. Parabéns pelo trabalho, só quero reforçar o que nosso colega Renato do Sindicato Rural falou, acho importante termos no plano de bacia por conta de toda a criticidade, disponibilidade e demanda termos questões como a do Alto Tietê pontuada e evidenciada, acho que temos perdas grandes nas áreas urbanas por conta de perdas em tubulação, enfim, mas também existem as perdas na área agrícola, no Alto Tietê

acho que conseguimos, inclusive minha tese de mestrado foi sobre isso, a professora Monica conhece a tese, para buscarmos a melhor utilização dos recursos hídricos não só na agricultura mas em todas atividades no Alto Tietê para poder reduzir as demandas porque temos uma água de ótima qualidade no sistema produtor do Alto Tietê e acho que demanda necessidade de uma manutenção importante que é a atividade agrícola para a região metropolitana assim como outras também para que o plano de bacia tenha uma consideração para que isso seja avaliado com plano de ação prioritário na busca de novas parcerias com um perfil diferente do que estamos acostumados, que não seja só uma questão de saneamento mas na busca de redução de perdas em áreas por exemplo como da agricultura. Obrigada.

Rui Brasil- Em primeiro lugar queria saudar o Comitê pelo nível da reunião. Nós que participamos há bastante tempo ficamos satisfeitos de verificar que há o interesse naquilo que é a nossa missão aqui, percebo pelo feedback de quase todos aqui, e acho que podemos continuar assim. Segundo lugar, também saudar o Renato, que acho que é o tipo de representante que a gente realmente quer, não quero de maneira nenhuma desqualificar os demais, mas o tipo de manifestação que ele fez, com informações e dados, é aquilo que procuramos da representatividade e dizer para ele, como Secretaria de Saneamento, a Sabesp é o maior usuário da bacia, mas ela é operadora, consumidor somos todos nós aqui, acho que tudo que você falou pode ter em um primeiro momento o aspecto da necessidade de ter a sua postura defensiva, mas acho que aqui isso já está superado, acho que estamos em outro momento que é de nos complementarmos e construir um cenário bom para todos, mas na questão do plano, não está muito informados no detalhe da programação, mas há uma meta de terminar esse plano esse ano, então queria recomendar não só a equipe mas à CT-PG que possamos caminhar para um texto consolidado e com os relatórios que suponho seja de todo esse modo analítico, esse plano de ação, mas imagino que deva existir um sumário executivo, e que pudesse ser trabalhado o mais rápido possível para poder circular porque

podemos ficar aqui 2,3,20 anos, o Alto Tietê é uma fonte infinita de problemas, possíveis pesquisas, preocupações das mais diversas, mas também não adianta só produzir papel naquela velha tese de que o plano é um processo. Gostaria de sugerir à Câmara técnica e a equipe que pudesse dentro da linha que foi mostrada, separar aquelas ações que dependem da ação direta do Comitê, que estão no nosso poder e daquelas que não dependem, porque não adianta termos 300.000 prioridades, precisamos adotar algumas, não que as outras não vão ser perseguidas, mas os métodos serão diferentes. Como não sei se faz parte do escopo, desse conjunto de metas, das que dependem da gente e das que não dependem, é preciso uma metodologia, claro que havendo uma primeira proposta da Câmara técnica, para podemos escolher, onde vamos, quais os pesos, onde vamos seguir. Acho importantíssimo essa metodologia e associado a isso precisamos também depois de algum tipo de indicador para acompanhar o cumprimento dessas metas, porque se não decorrido um ano vamos fazer o relatório de situação e vamos voltar no diagnóstico, e não é por aí. Então a recomendação é para rapidamente caminharmos para esse sumário executivo e que ele circule para os membros do Comitê e que seja proposto, com uma metodologia, para eleição daquele que vamos perseguir, do que é prioritário, e os critérios de acompanhamento disso ao longo do tempo e no final o apelo, para que a gente não atrase, porque isso, não só o plano do Alto Tietê, falando do outro trabalho nosso, é fundamental que o plano de bacia seja concluído este ano para que quando iniciarmos o trabalho para valer, esperamos iniciar ainda este ano no plano de macro metrópole, tenha colocado aquilo que é o plano de bacia.

Edmundo Garcia- Representando segmento municípios prefeitura do município de São Paulo- Presidente, o horário se alonga, poderíamos colocar um teto, a reunião já têm muitas horas.

Sérgio Gazal- Discordo, acho que fui inscrito e tenho o direito de falar.

Presidente - Não, os inscritos vão falar, quero propor o seguinte, tivemos 13 pessoas que se inscreveram, podemos encerrar com Itapecerica? Renato.

Renato Abdo- É muito curto. Queria até me desculpar se tive uma postura defensiva no que falei, é mais ilustrativo...

Presidente - Ilustrativo, todos nós entendemos.

Renato- Venho para somar.

Rui- Tenha certeza.

Presidente - Lembrando que na sexta-feira na Câmara técnica haverá novo debate sobre esse assunto e os que estiverem interessados novamente em debater, não vai ter esse texto preliminar? Não. Os que não fizeram seus questionamentos aqui poderão fazê-lo lá.

Mônica- Lá é o tema institucional que já foi distribuído para a Câmara técnica.

Hélio- Queria fazer uma correção, foi dito várias vezes aqui de 40% de perdas e isso não é verdade... (inaudível) e outra que ouvi umas posturas de, vilão aqui e vilão ali, e se formos partir para essa linha, é melhor parar com o Comitê, todos aqui temos de alguma maneira culpa para vivermos a situação que estamos hoje, e todas verdadeiras, a busca de vilões só leva a conflitos e não é isso que queremos para o Comitê.

Bonfílio - Nós recorremos várias vezes aqui na questão da competência do uso do solo que realmente é do município, mas é importante lembrar que a integração da gestão do sistema depende da aprovação do projeto de Lei que foi encaminhado à Assembléia Legislativa, que está paralisado na tramitação desde março do ano passado, recentemente o Brasil Fernandes recebeu uma provocação dos municípios da bacia do Juquery Cantareira no sentido de que provocasse a retomada do andamento desse projeto através de uma audiência pública e faço solicitação desse plenário também referente a essa reivindicação de uma audiência

pública para retomar o andamento do PL na gestão metropolitana, o PL que cria o Conselho do desenvolvimento da região metropolitana de São Paulo, e essas questões todas podem ser resolvidas com a aprovação desse projeto, tendo a competência resolvida na integração com esse diálogo dos atores entre os municípios da região metropolitana.

Sérgio Gazal- Peço desculpas, tive que ser um pouco incisivo mas é que não podia me furtar para fazer pelo menos duas colocações. Primeiro é uma preparação prática, sabemos da competência do esforço da Sabesp e do governo do estado com relação ao tratamento e afastamento pelo o Projeto Tietê, porém não vai atender todo território, estou falando de Itapecerica da Serra, de uma região com 170 km2 e deve ter ainda entorno de 65% da área em estágio inicial, médio, de regeneração da vegetação, mais ou menos 30% da área urbana ocupada que é uma área central e outras disseminadas, e as centrais serão contempladas pelo Projeto Tietê, a Sabesp já está implantando uma rede de esgoto lá, a reativação de algumas, para ligar ao coletor tronco, porém como ficarão as outras populações que estão mais afastadas, para que o esgoto seja ligado da mesma forma ao coletor e afastado ? É possível que uma parceria entre o município, estado e União, resolva isso implantando fossas sépticas coletivas ou algum outro dispositivo que possa atenuar o impacto desse esgoto que é poluidor e gerador de doenças e tudo mais ? Outra questão, Itapecerica não tem voz, quero dizer, tem voz mas não tem direito a voto no Comitê e estamos em um estado democrático e acho que coloco a importância que Itapecerica passa a ter nesse momento de uma cadeira, que possa votar também, e sentimos essa dificuldade no Subcomitê quando foi da Lei específica e não tínhamos uma cadeira, somos suplentes, se outro município que não tem nada a ver conosco estiver ausente podemos sentar e votar, e eu não acho isso democrático. Muito obrigado.

Presidente - Quer fazer alguma manifestação com respeito ao primeiro item?

Mônica- Não, acho que da expansão, quando mostrei da parte da qualidade da água, tem um item de infra-estrutura e um de gestão, no item infra-estrutura a necessidade da expansão com a necessidade de investimentos e expansão na infra-estrutura, está lá contemplado na lista de ações.

Sérgio- Ou seja, então é possível implantar sistemas isolados de coleta e tratamento...

Mônica- Sim, de novo, aquelas são ações que não são ações possivelmente de recursos diretos com os recursos da cobrança pelo Comitê, a menos que o Comitê decida sobre isso.

Sérgio- Há uma possibilidade.

Mônica- Há uma possibilidade. A menos que o Comitê decida sobre isso, mas é uma inter-relação entre o conjunto de ações que são diretas do Comitê e o conjunto de ações que são de outros agentes, mas que pode ter com o Rui falou, temos que fazer uma hierarquização dessas ações.

Márcia- Só lembrando que a Sabesp vem se empenhando, pelo menos em um caso que conheço, em fazer algumas experiências com tratamentos isolados, por exemplo em Marcilac, acho que isso pode ser um ponto também a ser colocado no Plano da Bacia para que identifique situações de sistemas a esse nível.

Mônica- Na expansão de infra-estrutura temos a distinção entre o sistema englobado no Projeto Alto Tietê e os isolados.

Presidente - Com relação a segunda colocação, na reunião de dezembro vamos marcar a eleição e você deverá fazer o que fazem os outros, muitas vezes não há nenhum interesse de alguns prefeitos de fazer as indicações de pessoas que tenham interesse e muitas vezes é até uma falha dos prefeitos e sequer eles têm interesse em participar das discussões, você terá que fazer articulação para indicação, aparentemente não há nenhuma intenção de mexer no quórum de participação, mas a representatividade é uma

articulação local para ser indicado. Na reunião de dezembro vamos marcar a reunião para nova diretoria do Comitê. Fique atento a isso. Dr. Sadalla.

Sadalla Domingos representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade ABES - Queria me desculpar pelo atraso, é uma pena não ter visto a exposição da professora Mônica e colocaria uma questão, a idéia que preside essa proposta que a Câmara técnica de saneamento ambiental pela sua competência, pelas reuniões anteriores feitas, pelas reuniões previstas que seriam realizadas para a discussão desse plano, eu gostaria de colocar claramente que essa câmara seja um forum de discussão ao lado da CT-PG para análise desse plano, não sei se isso deveria ser Deliberado nesse momento, qual o papel da Câmara técnica de saneamento ambiental ou se a gente assume uma competência de saneamento ambiental que a ABES deve exercer dentro desse Comitê e programa novas reuniões para dar continuidade à linha de trabalho que vínhamos adotando. Estou realmente esperando que essa questão, vamos dizer, da organicidade das Câmaras Técnicas, seja exercitada, e que essa discussão realmente prossiga.

Presidente - Gostaria agora de liberar a professora, cumprimentando-a e agradecendo pela exposição e voltamos a dizer que quem tiver um interesse maior na sexta-feira acontecerá uma nova discussão às 9 horas no prédio da engenharia civil da Poli, sala 40. Encerramos a parte da professora Mônica para continuarmos com a ordem do dia. Ok ?

Mônica- Agradeço a todos, e as contribuições, estou absolutamente à disposição e acho que as discussões foram muito proveitosas. O engenheiro Minelli fez uma questão sobre o monitoramento das águas subterrâneas.

Engenheiro Marcelo de Souza Minelli Diretor - Secretário-executivo do Comitê - Só para fazer uma retificação na fala da professora, que na verdade existe monitoramento sim de qualidade das águas subterrâneas e convido todos para conhecê-lo no site da Cetesb, onde os dados são publicados

com a periodicidade bi-anual, e toda a série histórica desse monitoramento estão disponíveis, e esses relatórios podem ser acessados na página da Cetesb.

Presidente - Obrigado. A questão do professor Sadalla seria no meu entendimento, professor, a reunião conjunta com outras Câmaras Técnicas, é isso?

Sadalla- Pode ser reunião conjunta, eu fiz até uma pequena análise do que já foi estabelecido em termos de formas de funcionamento das Câmaras Técnicas do Comitê. A gente precisa na verdade rever o que está definido para confirmar ou modificar o que tem. Está definido a partir de uma decisão de 04/11/03 que existem normas gerais para funcionamento das Câmaras Técnicas, que têm composição tripartite, e criou-se um colegiado de Câmaras Técnicas formada por seus Coordenadores e Relatores cujo objetivo é permitir a integração dessas Câmaras Técnicas, tem um Comitê de integração criado para as quatro Câmaras Técnicas, a partir de 2003, que corresponde ao Coordenador e Relator de cada Câmara técnica que se reuniriam e dariam uma realidade, uma visão dentro da competência de cada Câmara técnica. Isso Presidente, acho que tem que ser confirmado ou modificado, mas acho que não é razoável atribuir a uma única Câmara técnica a análise do plano, sob pena de eu não estar aqui representando os interesses da ABES, condignamente toda área de saneamento ambiental que a ABES tem competência, que eu o faço, eu me sinto aqui de uma forma imperativa tendo de fazer esse tipo de consideração, esse tipo de análise. Acontece que fizemos três reuniões da nossa Câmara técnica de saneamento ambiental e tinha perspectiva de continuidade dessas reuniões e eu conversando com o Edson e alguns participantes da Câmara técnica suspendemos a realização desse programa de atividades e agora quero saber se retomamos ou não. Que existe uma competência, existe.

Presidente - O Trani pediu a palavra para algumas ponderações.

Trani- É rápido, o que estou entendendo Sadalla é que haja esse encontro dos quatro Coordenadores de cada Câmara técnica, é isso?

Sadalla- Não. A proposta é que existe desde de 04/11/2003 normas gerais de funcionamento de Câmaras Técnicas, uma Deliberação sobre isso, tem quatro Câmaras Técnicas constituídas, Águas subterrâneas, Planejamento e gestão, Drenagem e aproveitamentos hidráulicos e a de Saneamento ambiental. Em Saneamento ambiental junto com o Edson Andriguetti Coordenador, e o Edson o Relator, fizemos três reuniões, existia expectativa de continuidade dessas reuniões, para justamente exercer essa competência que acho que é inerente ao órgão de representação profissional que eu represento que é a ABES, e não houve continuidade em relação a essas três reuniões. Estou propondo, vamos dizer, existem quatro Câmaras Técnicas, que se organize esse, vamos dizer o Coordenador dessas Câmaras Técnicas com a participação de um Coordenador e um Relator, são oito pessoas, e isso passa a ser um fórum de análise do plano. Acho isso uma coisa procedente. O que acontece ? O próprio funcionamento da Câmara Técnica tem que existir também, me lembro que o Palermo começou a organizar a Câmara técnica de Águas Subterrâneas, e gostaria de saber como essa coisa está andando, a outra Câmara Técnica a de Drenagem.

Trani- Se me permite acho que entendi, acho que são dois assuntos, uma coisa é discutir o funcionamento das Câmaras Técnicas, e a segunda questão é o plano, é isso?

Sadalla- Não, a atribuição de cada Câmara Técnica para o plano.

Trani- Para o plano.

Presidente - Professor estamos querendo concluir a pauta. É um assunto interessante mas que vai demandar algumas discussões aqui, que vai demandar tempo, se houver tempo para isso, ou nós, a mesa, nos prontificamos a marcar uma reunião, só a mesa mais os Coordenadores, durante a

semana, e trataríamos desse assunto que é de competência interna nossa.

Trani- A respeito da próxima reunião a convocatória para o GT Plano que faz parte da CT-PG, vai convidar todos os membros das quatro Câmaras Técnicas, estão todos convidados a participar na reunião na USP com a professora.

Sadalla- Não é isso que está em consideração.

Trani- Eu sei.

Sadalla- Concordo com o Presidente, muito obrigado.

Presidente - Eu marco uma reunião só com a mesa e com os Coordenadores e a gente decide como vai ser. Vamos continuar com a pauta, item nº 7, Deliberação que regulamenta as ações da CT-PG em referência à Deliberação 54/08-SMA. Todos têm a Deliberação em mãos?

Secretária- Foi enviada para todos.

Presidente - Vou passar a palavra para o Secretário-executivo para apresentação da proposta.

Secretário-executivo. A proposta dessa resolução submetida à apreciação está correlacionada ao que foi apresentado pelo Trani, dos empreendimentos que tem interface com os recursos hídricos e na fala do representante no que se refere a celeridade nas análises de licenciamento. O objetivo dessa proposição é regulamentar a Deliberação 54 que estabelece que o DAIA deve encaminhar o EIA para avaliação técnica levando-se em consideração as interfaces desse empreendimento com as metas do Plano da Bacia e/ou o relatório de situação e ao mesmo tempo estabelece um período de 60 dias para que haja essa manifestação de modo que o aspecto da temporalidade não se reflita no licenciamento do sistema de meio ambiente. A base dessa Deliberação é essa regulamentação e estabelecer um fluxo, um ritmo, para que efetivamente se proceda aos preceitos estabelecidos na resolução 54/08, delegando à Câmara de

Planejamento e Gestão a condução desses trâmites para atendimento da resolução 54/08-SMA.

Vice-Presidente - As manifestações, Dr. Bonfílio primeiro inscrito, alguém mais? Dr. Adriano, Nélson Pedroso, Edmundo Garcia...

Bonfílio- A primeira observação, acho que é muito bem-vinda essa regulamentação, do nosso papel de contribuir com o licenciamento ambiental. Uma competência que toca na quantidade e qualidade das águas de todos aqueles empreendimentos que impactam, e que é necessário uma audiência prévia no Comitê.

Só fazendo uma memória de como isso é importante, em 1999 esse Comitê por solicitação do plenário avocou o tema da implantação de duas Unidades Penitenciárias dentro de uma área de proteção aos mananciais. Naquele momento diante dos problemas que tinha a Febem, entrou na base do atropelo, embora o Subcomitê tenha entendido que seria prejudicial aos mananciais e recomendou a rejeição daquele empreendimento sem EIA rima e esse Comitê pela maioria de votos também assim o decidiu, e não obstante o governo do estado no atropelo resolveu fazer, atropelando as Deliberações, o Ministério Público entrou com ação civil pública e hoje foi determinada pelo tribunal de justiça a obrigatoriedade que se fizesse o EIA rima, inclusive com possibilidade de demolição do que foi consumado. Se esse Conselho tivesse sido ouvido, hoje o estado não teria que arcar com esse vexame, de prejuízo ao erário, ao meio ambiente. É um marco histórico que demonstra a necessidade dessas audiências. Algumas contribuições para essa Deliberação, no artigo terceiro sugiro a incorporação no parecer técnico do DAIA, ficaria então, medidas mitigatórias e compensatórias adicionais, porque as medidas compensatórias também serão necessárias e é importante que tenhamos essa necessidade, faltou a possibilidade da indicação de compensação.

Neusa Marcondes- Tem um parágrafo específico de compensatórios.

... é que aqui faltou, e no artigo 4º. entendo que não basta a informação, ciência apenas aos membros da Câmara técnica de planejamento e gestão, teria de ser publicada através do sistema uma informação à todos os membros do Comitê, que se encontra em análise na CT-PG o empreendimento tal e tal para análise de EIA rima, que seja dado ciência inequívoca à todos os membros das Comitê.

No Inciso III desse mesmo artigo 4º restringe a manifestação e o voto apenas a esses atores, entendo que a manifestação, direito de voz é assegurado a todo membro do Comitê, seja titular ou suplente, isso é uma questão histórica, temos garantido aqui no plenário, até a visitantes, direito a voz, e não é dentro de uma Câmara Técnica que vamos poder restringir o direito a voz. Direito a voto, em primeiro lugar, garantido a todos os membros da CT-PG, não pode ser garantida exclusivamente a esses atores que estão aqui...

Secretária- Só uma coisa, acho foi mal redigido, porque é para todos membros da Câmara Técnica e mais esses atores.

Bonfílio- É falha de redação, mas só para lembrar.

Trani- Câmara Técnica, mais esses.

Secretária - Quórum regimental.

Bonfílio- E das demais Câmaras Técnicas, quando fala Coordenadores acrescentaria também os Relatores, que sempre tem papel fundamental de contribuição. No Inciso 5º onde vai ser dada essa publicidade? A ata vai ser divulgada, mas onde vai estar disponível? Em que lugar? Basicamente é isso.

Dr. Adriano de Almada Messias- Representante segmento Sociedade Civil Organizada entidade OAB 93ª subsecção- Pinheiros- Concordo com o Bonfílio nas alterações, especialmente no Inciso III gostaria que fosse não somente à Câmara técnica e os membros aqui relacionados mas a todos os membros do Comitê, os listados aqui embaixo...

Trani- Mas aí seria uma reunião do plenário.

Rui Brasil- Uma coisa é direito de voz.

Dr. Adriano- O que eu entendo é que todos tem que participar dessa reunião, a apreciação de um EIA rima é para todo mundo, não é só para os membros da Câmara técnica.

Neusa- O Comitê não aprova EIA rima, ele aprova sugestões para o DAIA, ou a Cetesb aprovar o EIA, não é competência do Comitê aprovar o EIA rima, e sim dar sugestões para o órgão que estuda e que analisa, e que tenha competência de fazer ou não as recomendações.

Edson José de Barros- Mas pode se manifestar contrário.

Neusa- Não ao contrário, você tem que dizer por que.

Del Carmen- No licenciamento ambiental o município tem de ser ouvido antes de qualquer coisa, podemos ser contra...

Neusa- Se o município for contra o processo é arquivado, agora, cabe ao Comitê dizer, tais, tais e tais pontos são negativos e por isso, por isso e por isso sugerimos tais estudos. Claro que pode. Não pode o Comitê dizer, não queremos esse empreendimento, não é nossa competência.

Trani- Isso está claro para todos.

Dr. Adriano- O voto é de todos não só na Câmara técnica...

Vice-Presidente - Ou seja, a proposta do Dr. Adriano pelo que entendi...

Trani- É que seja do plenário, não faremos análise na CT-PG faremos sempre análise do EIA rima aqui em plenário.

Debates (falas ao mesmo tempo)

Presidente - Se começarmos a discutir entre os membros não chegamos a nenhuma conclusão, nesse momento a proposta está sendo feita pela OAB, há uma resposta da

mesa, o proponente da questão, e se quiserem interferir na proposta vamos se inscrever, no final é que vamos Deliberar, faz inserção de alguma novidade ou simplesmente não cabe nesse momento. Dr. Adriano conclua e após a conclusão responderemos ou aceitaremos a inclusão de alguém para propor mudanças. A explicação da sua proposta.

Dr. Adriano- A minha proposta e que não seria só a Câmara Técnica mas o Comitê também faria a manifestação, o Comitê também.

Secretária- Não estou conseguindo entender uma coisa Dr. Adriano, a Câmara técnica que é o órgão do Comitê, com seus representantes, dos três segmentos, que hoje delegamos às CTs as análises por serem técnicos, com perfil adequado, o que o senhor está pedindo é que após a CT ter chegado a sua conclusão seja levada ao plenário para uma Deliberação final.

participante- Para o voto a Deliberação.

Participante- Isso é regra do Comitê.

Debates

Dr. Adriano- Pela Deliberação fala que é colocado só para conhecimento da plenária, ou seja, chega na plenária só para informar o que foi feito, acho que temos que Deliberar...

Trani- Veja, esse assunto obviamente já foi tema da reunião passada quando não se acatou o relatório da Câmara técnica que trouxe à plenária para avaliação. O que temos que avaliar aqui, me parece muito objetivo, desde que se iniciou esse processo de discutir EIA rima nas Câmaras Técnicas, é a forma que estava colocada para que houvesse o forum técnico e a manifestação, se trouxemos os EIA rimas para plenária aprovar é necessário absolutamente que a apresentação do empreendedor seja feito nesse fórum, não há como todas dar uma análise técnica do que foi feito pelo empreendedor para esse fórum, então estaremos fazendo em plenária, se entendermos, a mesma coisa que o

CONSEMA faz, ele encaminha para as Câmaras Técnicas quando é o caso e quando não, avoca ao plenário, isso faz parte da competência, o Conselho estadual que faz isso fundamentalmente, acredito que o Comitê não teria condições de fazer isso pelo volume de trabalho que se trata, porque se for analisado pela Câmara técnica, não tem que ser analisado lá e trazido para cá, apareceria somente na plenária, tem que ser feito pelo empreendedor, não há como tirar dúvidas para aprovar sem a apresentação dele. Estou entendendo a proposta que estão trazendo, se assim for, se for o plenário vamos votar, que todos Eia rimas deverão ser apresentados na plenária do Comitê.

Neuza- Em um prazo de 60 dias.

Trani- Só vai para Câmara técnica pelo fato que ela é menor, tem 18 membros representativos dos setores e vai fazer uma análise técnica específica e trazer sugestões e o plenário obviamente vai receber essas sugestões. Está claro? Acho que é impossível imaginar duas instâncias, CT-PG e a plenária. É impossível o Comitê ter agilidade para isso, o empreendedor teria que ser convocado duas vezes, não haveria necessidade de ser na Câmara técnica e faríamos só aqui na plenária.

Secretária- Complementando, hoje aqui já surgiram algumas propostas, inclusive do Bonfílio e mais alguém, para divulgarmos quando entrarem os EIAs para as Câmaras Técnicas. Repito que a Câmara técnica é composta de forma tripartite. O que podemos fazer? Acho que o representante por segmento seria acionado por alguém que teve acesso aquele documento e tem alguma coisa para considerar, acrescentar, ou a retirar, e ele seria o porta-voz, porque tem vezes que chegam três de uma vez só, e não temos como, em 60 dias, fazer essa operacionalização, ou confiamos em quem escolhemos para ser nosso representante da Câmara técnica, e confiamos que ele vá ser fiel ao reproduzir o que solicitamos, da mesma forma que será fiel ao repassar aquilo que ouviu, acho que é uma forma muito mais ágil de podermos trabalhar.

Trani- Esclarecendo mais um ponto Presidente. O problema é quórum para poder avaliar, temos quórum de 18, estamos propondo 5 e 4, são 9, serão 27, e tem que dar quórum, se não o empreendedor vem de longe, o DAIA vai apresentar, a Câmara técnica se reúne e sem quórum não podemos deliberar na Câmara técnica. Tem uma sugestão aqui que acho razoável, poderemos estabelecer esse quórum colocado aqui na resolução, agregando um item que qualquer membro do Comitê, nós todos membros do Comitê, que estivermos na reunião da Câmara técnica, terá também direito a voto, sem incluir no quórum, porque o problema é quórum. Fizemos a reunião e convocamos a Petrobrás e tivemos dificuldade de ter quórum dos 18, não chegaram os 9 conselheiros e se não chegar termina o processo de consulta, não podemos Deliberar, é um desgaste enorme para todo o setor, aí nesse caso teríamos que ter 25 conselheiros. Sou conselheiro do CONSEMA há 15 anos, as Câmaras Técnicas do CONSEMA tem que ser caçadas a laço, não se consegue as pessoas, o empreendedor vem lá de Andradina, então, tem problema técnico e temos que decidir se vamos fazer na Câmara técnica de planejamento com 18 votos, 9 de quórum, como foi criticado que não tinha representação de todos sugeriu-se incluir mais 9 representantes, 5 de Secretarias executivas e 4 dos Coordenadores técnicos, 9 + 18 = 27, temos que ter todo esse quórum, e se não vier no primeiro o desgaste é enorme, o pessoal geralmente tem equipes grandes, que vem de fora. Para deixar claro, existe um problema técnico de convocar, e um problema político. O plenário é soberano, claro, se dissemos que queremos a avaliação aqui em plenário temos que convocar especificamente para cá, não precisaremos convocar para a Câmara técnica.

Presidente - Nelson.

Nélson Pedroso- Representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade AGDS- Gostaria dizer que há dois pontos na pauta que merecem passar primeiro para avaliação da Câmara técnica, item 7 e 9, que tem que passar por um ponto de vista um pouco mais técnico antes de vir a

ser apresentado no plenário, primeiro tem de ser ofertado à Câmara técnica de planejamento e gestão para no segundo momento vir ao plenário porque tem questões técnicas, como recebi esse documento para vir a este encontro, eu não me preparei muito para discuti-lo sendo que na Câmara técnica poderia fazê-lo com muito mais propriedade, para que depois a gente possa vir aqui de uma forma um pouco mais negociada para poder fazer o aprofundamento dessa discussão, agora, seguindo a discussão se o plenário entender que temos que prosseguir nessa discussão, já objetaria um ponto inicial, o artigo 4º no inciso III, aqui coloca os 5 Secretários executivos, e se eu colocar os 5 Secretários executivos sem os 5 Vice-Presidente e os 5 Presidentes ou seus representados, estaria transformando o sistema não mais em tripartite, e é necessário que a balança do jogo esteja equilibrada, senão mesmo tecnicamente estaria de certa forma perdendo até do ponto de vista técnico. É isso.

Trani- Sua proposta é que seja 5 + 5 + 5?

Nelson- Isso.

Trani- São 18 da Câmara técnica e mais esses.

Nelson- Estabelecido o quórum de acordo com as regras...

Debates

... não, o quórum se estabelece de acordo com os integrantes que estão lá, ou seja, tenho que ter metade mais um, 18 membros, na Câmara técnica, 18 + 1 , mesmo com esses outros 15, tenho condições de fazer a reunião.

Trani- Se dos 15 não vierem ninguém não posso iniciar...

Nelson- Estou facilitando o quórum.

Edmundo- Acho o seguinte, temos que olhar nos comprometendo com o sistema, a legislação, não podemos ficar com casuísmos. No início da proposta, dispõe sobre a delegação da Câmara técnica e tal, a Deliberação poderia ser a

Câmara técnica aprecia e se manifesta e o Comitê Delibera. É um negócio muito simples. Agora, como falou o Nelson, esse item, não dá para aceitar isso, sugiro a retirada dos Secretários executivos, retirada total disso, fica só a Câmara técnica, aprecia e se manifesta...

Debates

Presidente - Está registrada sua proposta, professor Sadalla, Rui.

Rui Brasil- Devido ao adiantado da hora, deveríamos ter uma proposta de encaminhamento, que submeta se vamos continuar discutindo ou não, em primeiro lugar, esse assunto, ou se retorna. Segundo, quero manifestar minha concordância com a ponderação do Nélson Pedroso, acho que é isso mesmo, ou a gente delega para a Câmara técnica como ela é, ou vem para cá, e o resto é complementação, porque dar ciência a todo mundo, acho que faz parte, ir lá e se manifestar pela regra do jogo qualquer membro da Câmara técnica já tem direito a voz na Câmara técnica.

Presidente - Sadalla.

Sadalla- Eu gostaria de dizer que concordo com as manifestações anteriores, a ABES concorda, e que no inciso III da Deliberação, está dito uma coisa que temos que pensar um pouco se é isso mesmo, a Deliberação Ad referendum que seria tomada pela Secretaria Executiva do Comitê, deverá ser colocada para o conhecimento da plenária do Comitê, ou seja, existe uma Deliberação ad referendum fora desse fórum e quando a Deliberação vem para cá esse fórum apenas toma conhecimento, então gostaria de votar o que o Edmundo propôs e dizer que a Câmara técnica se manifesta e quem aprova é esse plenário, além disso, voltamos àquela outra questão que eu havia, vamos dizer, colocado, acerca da competência de cada Câmara técnica, não podemos pensar que o departamento, o DAIA, que tem atuação contínua, com funcionários, permanentemente trabalhando, vá ser subsidiado e às vezes complementado e com uma análise mais detalhada, através de um órgão que tem funcionamento intermitente que é uma Câmara técnica,

vamos dizer, se estamos tentando estruturar esse tema temos que distinguir o que é trabalho de um Departamento, de um órgão público, tendo ali uma equipe técnica e aquilo que são funcionamento os eventuais de algumas Câmaras Técnicas, que pontualmente se reúnem e pontualmente, vamos dizer, oferecem algum tipo de análise, sobre esse assunto, então departamentalizar a Câmara técnica eu sou contra, por isso que eu gostaria de colocar essa questão sobre o funcionamento das quatro Câmaras Técnicas como uma coisa imperativa para sairmos dessas discussões caso a caso, Presidente.

Presidente - Uma proposta do Dr. Sadalla, só para entender, vamos ter que votar, isso é plenário, quem tem voto ganha e acabou. A proposta do Edmundo, está bom ?

Sadalla - A Câmara técnica se manifesta e o Comitê Delibera.

Amauri Pollachi - Representando segmento governo do estado de São Paulo/Secretaria de Saneamento e Energia/EMAE- O inciso III proposto na Deliberação não tem explicação até por conta da formação da demora técnica, é claro que interessa ao Subcomitê saber se existe um empreendimento que causa um impacto e está ocorrendo na sua área, então a convocação dos Secretários executivos e outros membros desse Comitê pode acontecer para o Subcomitê que tem relação com aquele empreendimento, não há sentido de alguém de outro Subcomitê comparecer para um empreendimento que afeta uma área de outro Subcomitê, são áreas completamente diversas, então à convite, pode ser feito...

Presidente - Sem direito a voto...

Debates

... porque ai não altera a correlação de forças na CT-PG.

Presidente - É uma terceira proposta.

Amauri- Não, não, é aglutinadora e reforçando esse aspecto, de fazermos o que seja o mais simples possível, o mas eficaz, um trabalho complementar ao processo feito pelo DAIA, e acho inclusive que temos que buscar uma racionalidade um pouco maior do que está exposto.

Romildo de Pinho Campello representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade AVEPEMA e Presidente em exercício do Subcomitê Alto Tietê Cabeceiras – Primeiro dizer que uma vez que estamos discutindo a avaliação de EIA rima, também não podemos descaracterizar o sistema de seu funcionamento, acompanho o pensamento do Nélson e do Edmundo, e não podemos quebrar a formulação tripartite, segundo que a Câmara técnica apresente relatório para a plenária, porque o plenário Delibera e a Câmara técnica dá referência básica, técnica, para decisão, e não inverter a ordem de funcionamento do sistema.

Presidente - Entendi.

Miron Rodrigues da Cunha- Representante segmento Sociedade Civil Organizada- Não sei porque estão embrulhando o sistema já existente, a Câmara técnica é composta pelos titulares do Comitê, agrega quantos consultores quiser, para dar suporte, e quando entra no Comitê, vai para a plenária. Dirige para a Câmara técnica, se há interesse de análise, ou não, porque às vezes um projeto é tão aberrante que já nem sai do Conselho, tendo as Câmaras Técnicas, dirige para a de Planejamento, Águas subterrâneas, e vai para análise, é a Câmara de suporte, que dá informação para o Comitê. A prática que temos, esse projeto da Petrobrás já passou no Conselho da APA, veio o empreendedor, nós não aceitamos, veio uma consultoria, de novo, tem que ter o empreendedor que tem que assumir, e ele veio e apresentou, e dirigimos para a Câmara técnica, ela fez a análise, enviou para todos os Conselheiros, deu prazo para responderem, marcou-se outra reunião só para a decisão da Câmara técnica. É assim que funciona o Conselho de acordo com a norma tripartite, na Câmara técnica só tem direito a voto quem é titular deste Comitê e ela pode agregar quantos

consultores quiser para colaborar e manda de volta só para o agrimento, porque a Câmara técnica não tem poder constitucional de homologar, é o plenário, e usa os meios eletrônicos no processo volta para o agrimento.

Debates

...é simplérrimo não tem que ter esses complicadores, porque a regra está traçada nos estatutos.

Presidente - Romildo e depois o Trani encerra e vamos para votação porque já temos as propostas definidas.

Miron - A minha não é proposta, é legislação, é só seguir a regra.

Trani- Não precisa da resolução, suspende.

Presidente - Miron, já entendemos a proposta.

Romildo de Oliveira Campelo- Representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade Ciesp- Eu passei aqui pelo CONSEMA pelo menos dez anos da minha vida ouvindo nessas salas as discussões. Primeira coisa que vejo é que vamos atrasar em mais 60 dias a tramitação de um EIA rima sem ter nenhum poder Deliberativo, nós só podemos sugerir, me lembra sinceramente a Assembléia dos Ratos, vamos encontrar uma solução fantástica e eu pergunto, quem vai colocar o guiso no pescoço do gato ? E fica todo mundo com cara de Ué ! Nós não avançamos em nada, é uma discussão inócua que estamos fazendo, fazendo coisas para inglês ver...

Neusa - Não é verdade.

Romildo- É discussão que não leva a coisa alguma. O plenário do CONSEMA houve se quiser, quando quiser...

Neusa- Não é verdade.

Presidente - Qual é a sua proposta ?

Romildo - Deveríamos recusar essa resolução.

Debates

... vamos ter a ilusão que estamos fazendo alguma coisa e vamos atrasar em 60 dias a apreciação do EIA rima e nada foi resolvido.

Debates

Presidente - Após o Trani a senhora vai falar. Trani.

Trani- Queria só restabelecer o fundamento da questão, acho que o Romildo colocou obviamente um problema de fundo, nós todos sabemos. Há uma resolução agora da Secretaria do Meio Ambiente que dá 60 dias para que esse fórum se manifeste, que está colocado, nem podemos discutir isso, não é fato? Temos que em 60 dias fazer. Qual vai ser o procedimento? Chegou, entra pela Secretaria Executiva, temos que dizer do reflexo do andamento, que foi o que aconteceu nos dois casos que fizemos esse ano, vamos retomar, o plenário Delibera a proposta colocada, normalmente as reuniões plenárias são mensais, não é isso? Então já não caberia em tempo os 60 dias para a plenária deliberar, e o que fazemos na Câmara técnica? Fazemos uma reunião rápida, convocando uma reunião específica, o empreendedor tem que vir aqui e aquilo demora de 1 a 4 horas, porque é uma sessão os técnica, quem já foi sabe...

Miron - Só uma pergunta, estamos na era da informática, pode fazer Ad referendum para uma questão de urgência, envia para todos por meio eletrônico e dá um prazo para responder e sustenta seu Ad referendum.

Debates

Trani- Terminando, temos que fazer isso em um prazo muito curto, a Câmara técnica tem que se reunir, com quórum de nove membros, pode vir todo mundo, todos podem participar, todos Conselheiros têm voz, pode-se votar, mas temos que fazer o parecer e o parecer depois vai ser Deliberado pelo

Conselho, esse tem que acontecer, o parecer entra na próxima reunião, entendo, e o plenário novamente requerer a apresentação do empreendimento, já aconteceu na reunião passada, digamos de convocar...

Debates

Bonfílio - Exceto se não vier junto com a solicitação da plenária, gente.

Debates

Neusa Marcondes- Em resposta ao Romildo. Essa resolução como está, sempre vigorou, há mais de cinco anos, com o Comitê da Paraíba do Sul, Piracicaba e do Vale do Ribeira, o Comitê do Piracicaba, você foi do CONSEMA comigo, acho que você estava, deu um parecer levantando uma série de questões a respeito da Carioba que alterou no DAIA o sistema de água, que foi circuito fechado, que na época empreendedor não queria que era muito caro, é só analisar o EIA como trataram na época, a Unicamp, fizeram um excelente parecer do EIA e apresentaram para o DAIA. O DAIA lê sim, você sabe, eu fui do DAIA, o DAIA leva em consideração sim, só que não pode ter dois órgãos, dizendo analisem isso aprovem e mandem para o CONSEMA e outro Conselho dizendo, não aprovo, por isso que o Conselho de recursos hídricos tem todo direito e vai ser considerado pelo DAIA, sugerindo tudo aquilo que afeta a questão dos recursos hídricos.

Bonfílio - Só uma observação no que a senhora está falando, no que se referia a competência especial do Comitê de bacia, não é sugestão, é vinculação.

Debates

Romildo- Valeria a pena ser ouvido, mas não o é.

Debates

Presidente - Temos propostas para serem votadas.

Debates

Presidente - Conselheiros, colocamos alguns itens para serem votados mas se votarmos o primeiro todos os outros não precisam ser discutidos, que é de rejeitar a resolução, os outros todos ficam prejudicados e continuaria na forma como está.

Neusa- Se retirar não vem para o Alto Tietê.

Bonfílio - Não estamos propondo a rejeição da resolução mas a proposta de Deliberação nossa, porque da resolução não temos competência de dizer.

Debates

Trani- A proposta do Edmundo é que se altere a Deliberação no item III.

Presidente - Uma sugestão de quem está experimentado com esse negócio de leis, não temos tanta emergência podemos votar na reunião futura mas deliberaríamos agora, só que tem um voto de consenso, o que faríamos ? Se é inserção ou se retiramos e já fazemos calcado nesse acordo aqui de plenário, o que está subentendido, se o Trani quiser fazer uso da palavra agora, primeiro, o que fica valendo no final é a proposta de que votaríamos no Comitê o relatório da Câmara técnica, e só chamaríamos os interessados se houver necessidade, entendido assim, entendido pela Câmara técnica.

Romildo- Insisto na minha proposta, quero perder, mas quero ter orgulho de dizer que fui contra essa coisa inútil. Quero que coloque em votação por favor a rejeição dessa resolução tal qual está redigida.

Presidente - Estamos fazendo, ela vai ser retirada...

Romildo- Não, o senhor está suspendendo eu estou propondo outra coisa, a rejeição pura e simples.

Debates

Presidente - Ok, em votação a resolução 54 ...

Debates

Romildo- A resolução propõe algo que a meu entender é inócuo, e não leva nada, estou propondo a rejeição pura e simples.

Bonfílio- Não, mas isso é competência do CONSEMA.

Romildo- Se não for rejeitado continua.

Debates

Edmundo- Retirada ou não da Deliberação.

Presidente - Os que estiverem de acordo com a retirada dessa Deliberação permaneçam como estão.

Coro- A retirada?

Presidente - Vamos retirar e apresentar outro texto.

Debates

Neusa- Retirar é não querer mais analisar EIA rima, não precisa.

Debates

Bonfílio - Mantém como está, retira.

Trani- Na retirada da forma como você fez não daremos resposta à Resolução 54.

Romildo- Ela fez de forma unilateral e não nos consultou.

Debates

Presidente - **A mesa retira a proposta e vai fazer apresentação de um texto final** de acordo com o que foi discutido aqui, com a

proposta do Edmundo, do Bonfílio, está ok ? Vamos para a próxima.

Bonfílio- Ficando claro que a competência nossa está garantida.

Presidente - É.

Debates

Neusa- A resolução é da Secretaria. Imagina.

Presidente - 8º. item da pauta.

Trani- Aprovar a Deliberação relativa ao projeto Vila florestal de Cotia, do Alphaville Urbanismo, que não precisa ler, todos têm o texto em mãos. Querem que leia? (Leitura da Deliberação que dispõe sobre a aprovação das recomendações a serem considerados no processo de análise do EIA rima projeto vila florestal de Cotia do Alphaville Urbanismo). Apresentamos com as sugestões que foram feitas durante a apresentação do empreendimento e as elencadas em plenário na última vez, e irá com sugestões para o DAIA no processo de licenciamento.

Bonfílio- Me lembro que fiz duas sugestões e não foram contempladas. O item D...

Secretária- Está na Ata?

Bonfílio- Também entreguei por escrito. No item D apresentar as alternativas para a pavimentação, e faltou de construção de passeios. Acrescentar item F, apresentar propostas quanto a condicionantes de movimentação e conservação do solo durante a implantação do empreendimento e nas fases de edificação das unidades loteadas no que se referem à proteção de várzea, preservação e contenção de assoreamento de corpos d'água.

Trani- Tudo bem? Se ninguém se opor, será incluído.

Romildo- Quero lembrar aos senhores, muito bonito, gostei das recomendações, o Bonfílio acrescentou coisas muito boas, só que, isso nada mais é do que uma recomendação, será seguida se o DAIA quiser e no que pese a vontade enorme na minha querida amiga, que o DAIA usou, ele ouve se quiser, então não significa muita coisa não, não vai acontecer absolutamente nada.

Neusa- A sua opção é não falar ?

Romildo- Sim, ou falar com poder de determinar.

Debates

... para quê, se a decisão que tomamos não é obrigatoriamente seguida?

Bonfílio- Gente, esse tema é recorrente aqui, temos uma competência especial, a competência do CONSEMA e DAIA é geral, tudo que é recomendação é dentro da nossa competência especial, é vinculante gente.

Presidente - Edmundo e depois o Rui Brasil.

Edmundo- O trabalho foi muito bom, as recomendações são muito boas, eu só me reservo ao direito, como agente público, de saber qual é a construtora que está assinando esse projeto, acho que é uma coisa importante...

Neusa- Está no EIA rima.

Debates

Rui Brasil- Queria lembrar ao colega Romildo, aqui que é uma questão legal, é nossa atribuição, há atribuições deliberativas e outras consultivas...

Trani- Exato.

Rui - ...nesse caso é consultiva, quer o senhor queira ou não.

Romildo- Me permita discordar...

Debates

Presidente - ... Sr. Romildo...

Romildo- O senhor não me defendeu quando disse que é uma bobagem...

Debates

Presidente - ...nós estamos tentando ponderar e estamos com horário adiantado, todos estamos estressados... o senhor é membro desse Conselho, vote não, agora, não pode induzir e nem ficar se alterando dessa forma.

Sadalla- Uma ponderação, posso dizer que concordo um pouco com o Romildo e com o Rui. Queria fazer uma ponderação. Digamos o seguinte, o item A dessa Deliberação, fala sobre saneamento ambiental, ao falar de tratamento de esgotos e o B ao falar de disposição de lixo, o item E fala em uso da água que é saneamento ambiental, esses dados podem ter...

Presidente - Não passou pela sua câmara técnica.

Debates

Sadalla- Eu não gostaria de ser interrompido, o Presidente sempre pode interromper, mas lateralmente ninguém pode...

Presidente - Pois não.

Sadalla- Tudo isso que está aqui de uma forma vaga, poderia ter maior concretude, maior especificidade técnica, maior ilustração, poderia informar mais ao processo de licenciamento se passasse na Câmara técnica e isso gostaria de dizer, me coloco à disposição de fazer isso, se essa forma de falar é colocada vamos dizer, em chacota, pela lateral da presidência, me desculpem, mas é uma forma pró ativa de como sempre foi na minha vida, de me colocar à disposição, tem na realidade, vamos dizer muito um compromisso de colocar esse sistema de pé, estruturar esse sistema.

Trani- Desculpe, eu fui citado, é a mim que está se referindo?

Debates

... eu não tenho nada a ver com isso, pelo contrário.

Presidente - Dr. Sadalla, senhores membros, como cabe ao Presidente, que é ele quem convoca com a pauta, eu suspendo essa sessão pelo adiantado do tempo e os itens não votados e aqueles que não foram apreciados o serão para a próxima reunião.

Trani - ... eu não tenho nada a ver com isso, pelo contrário.

Presidente - Dr. Sadalla, senhores membros, como cabe ao Presidente, que é ele quem convoca com a pauta, eu suspendo essa reunião pelo adiantado do tempo e aqueles que não foram apreciados o serão na próxima reunião.

* * *

A T A C O M P L E T A*

Comitê da Bacia Hidrográfica do

Alto Tietê

CBH - AT

Plenária Extraordinária

(continuação)

14 / 10 / 2008

Secretaria do Meio Ambiente

São Paulo – SP

Taquígrafo Dartan Gravina
(011) 7138 2725

* Ipsis verbis ou ssim como foi dito.

Secretário- Bom dia a todos, Oxalá tenhamos uma reunião mais serena do que a passada. Um comunicado do Horácio Zuccolo Coordenador da Câmara técnica de drenagem, convocando todos para participação no dia 04/11 na reunião da Câmara técnica de drenagem e será apresentado uma palestra do Fernando Orsin Yazaki, com esclarecimentos que forem pertinentes, o horário e local será transmitido a todos pela Secretária-Adjunta.

Pela ordem da pauta vamos à Deliberação Nº 02 peço que seja apresentado uma vez que foram incorporadas as sugestões da reunião anterior.

Eduardo Trani- A Deliberação está na tela, vamos fazer a leitura.

(Leitura na íntegra da Deliberação Nº 02 com as incorporações das sugestões da reunião anterior.)

No artigo terceiro item III foi incluído a pedido do Conselheiro Bonfílio Alves medidas mitigatórias e compensatórias adicionais.

Artigo 4º - A coordenação da Câmara técnica deverá convidar os coordenadores das Câmaras Técnicas do Comitê para a participação manifestação sobre o EIA rima em apreciação do Comitê de bacia de acordo com o tema apresentado.

Artigo 5º - A coordenação da Câmara técnica deverá convidar o Presidente, Vice-Presidente, Secretário Executivo e Coordenador da Câmara técnica de planejamento dos Subcomitês situados na área de influência do empreendimento do EIA rima em apreciação para participação na apreciação sobre os documentos.

Artigo 6º - A Câmara técnica de planejamento fará a realização das reuniões cuja pauta conste empreendimentos sujeitos a manifestação dos termos da resolução 54 e procederá da seguinte maneira :

I- A CT-PG deverá realizar a reunião para apreciação e manifestação sobre o EIA do empreendimento, colocando na pauta a

previsão da apresentação do empreendedor do responsável pela elaboração do estudo.

II - A CT-PG com apoio da SE-CBH-AT irá disponibilizar aos membros da Câmara o conteúdo do relatório de impacto ambiental-Rima previamente para apreciação antes da reunião agendada.

Ressalto que, no caso de EIA rimas muito complexos, como no caso dos dutos da Petrobrás por exemplo, com 16 Dvds eles nos remetem uma única cópia, mas ficará disponível para todos que queiram consultar o conteúdo integral aqui na Secretaria Executiva. o Rima sim, podemos passar.

III - As apresentações do EIA rima na reunião da Câmara técnica serão de responsabilidade das empresas executoras dos empreendimentos, bem como as responsáveis pela elaboração dos documentos mencionados.

IV - A CT-PG deverá realizar a reunião ordinária ou extra-ordinária para apreciação do EIA rima considerando o quórum regimental.

Leia-se quórum regimental da Câmara técnica, dos 18 precisamos 9 presentes. Querem que coloque? Ao seu quórum regimental, considerando o seu quórum regimental.

V - A CT-PG manifestará suas recomendações sobre empreendimento por meio de parecer técnico que será submetido à apreciação da plenária do CBH-AT.

Tomando a palavra, o parecer técnico é o que é possível ser feito no âmbito da Câmara técnica, não confundir com parecer técnico aprofundado do DAIA, que são especialistas no assunto. Levantamos isso porque em decorrência da reunião da semana passada, o professor Sadalla não está aqui, ele se referia a algumas recomendações do parecer que eram extremamente genéricas, superficiais digamos, não poderá ser diferente diante do rol de questões que estão sendo colocadas e que a Câmara Técnica é capaz de fazer como um todo, em seu parecer, dos nossos Conselheiros que fazem recomendações para que o DAIA proceda à análise das recomendações.

VI- Em reuniões ordinárias ou extraordinárias convocadas para tal fim, a plenária do CBH-AT deliberara pela ratificação ou retificação do parecer elaborado pela CT-PG.

VII- Em prazo máximo de 60 dias, previstos na resolução, a Secretaria Executiva encaminhará o resultado da apreciação da plenária, ou a informação de que decorrido o prazo estabelecido da resolução não houve consenso quanto as recomendações a que se referem os artigos II e III desta resolução.

VIII- A Deliberação entrará em vigor.

Secretário- Essa nova redação contempla todas as sugestões feitas na plenária. Há alguma manifestação? Os que concordam com a aprovação permaneçam como estão, os que não concordam ergam o braço. **Aprovada por unanimidade.**

Passando para o novo ponto, a Deliberação sobre o empreendimento Alphaville.

Trani- (leitura na íntegra da Deliberação de 14/10/2008 que dispõe sobre a aprovação das recomendações a serem consideradas o processo de análise do EIA rima do projeto vila florestal e responsabilidade da empresa Alphaville urbanismo S.A.)

Foi acrescentada da versão da semana passada o item D, e o F incluído por sugestão do Bonfílio.

Secretário- Novamente foram incluídas as sugestões. Comentários. Os que concordam com a aprovação permaneçam como estão, os que não concordam ergam o braço. **Aprovada por unanimidade.**

Próximo item da pauta Deliberação para o Subcomitê Cotia-Guarapiranga atuar como órgão colegiado. O Amauri fará a apresentação.

Amauri Pollachi- Representante segmento governo do estado de São Paulo/Secretaria de Saneamento e Energia- Bom dia a todos. A Deliberação foi proposta em uma discussão que fizemos no Subcomitê Cotia-Guarapiranga com os órgãos ambientais de fiscalização e licenciamento da Secretaria do Meio Ambiente e a idéia é colocar em prática um dispositivo que está previsto na Lei específica do Guarapiranga, a 12333 que estabelece a consulta ao Subcomitê em casos de compensações ambientais. Vou ler com vocês, tem apenas uma pequena alteração que fizemos do documento entregue na última semana para estabelecer maior clareza na definição das atribuições. (Leitura da Deliberação que dispõe sobre a expressa delegação do CBH-AT ao Subcomitê Cotia-Guarapiranga para que atue como órgão colegiado do

sistema de gestão da APRM Cotia-Guarapiranga e dá outras providências)

A tabela anexa é onde estabelecemos um limite para que os empreendimentos venha ao Subcomitê (leitura da tabela anexa).

Entendemos que a linha de corte é interessante para podermos dar a conhecer no âmbito do Subcomitê esses empreendimentos que possam causar impactos mais significativos para a questão do uso e ocupação do solo e as medidas compensatórias e mitigatórias.

Secretário- Comentários ?

Nélson Pedroso- Representante segmento sociedade civil de amizade entidade AGDS - Só tenho uma preocupação, e faLei na última reunião plenária aqui, de documentos como esse tipo, dessa envergadura, primeiro devem ser remetido à análise da CT-PG porque não lá podemos analisar com mais profundidade algumas questões e depois trazer um pouco mais amadurecida. Agora, dando uma olhada nessa proposta de Deliberação, não estou enxergando onde está nossa Agência de Bacia que também está prevista na 12333, ela funciona como Escritório Regional das APRM´s, dos nossos Subcomitês, e acho que é de suma importância assumirmos de vez a nossa Fundação Agência da Bacia e colocarmos como Escritórios Regionais nos Subcomitês.

Neuza Marcondes- Representante segmento governo do estado de São Paulo/CRHi- Nelson, para você que vou falar. Quando a Agência da Bacia estiver estruturada, dos problemas que tem hoje, deve assumir esse papel, nesse momento não adianta colocar atribuições a ela que não tem nem gente para fazer isso. Contratar pessoas para nesse momento fazer isso é realmente por a corda no pescoço da Agência. Assim como na Deliberação de DUSM e SMA fazer o licenciamento isso provavelmente daqui há algum tempo vai ter que ser mudado essa resolução com essa reforma que continua na Secretaria, vai ser um órgão do estado

responsável por isso e talvez nesse momento a Agência já tenha se estruturado e se pense em colocar isso junto a ela.

Laura - Representante segmento governo do estado de São Paulo/CRHi- Na semana passada foi feita uma oficina com os Secretários executivos dos Subcomitês, o Presidente da Agência e a Secretaria Executiva do Alto Tietê para discutir nesse momento quais são as principais questões em andamento no Alto Tietê e as responsabilidades e atribuições dessas instâncias para poder dar conta do que está acontecendo. Em função dos problemas atuais da Agência e do saneamento, e outras questões para serem resolvidas, a Agência se colocou como não sendo possível assumir mais responsabilidades nesse momento e ela passa a integrar o processo do Alto Tietê participando de todas as instâncias até para ir tomando pé, até para que no momento em que tiverem maiores condições assumir seu papel. No caso específico do Guarapiranga precisa ser Escritório Regional aparelhado dentro da bacia. Isso ainda não existe, não tem previsão em futuro breve e o pacote de empreendimentos esperando a manifestação do Comitê está crescendo. Em relação ao que é atribuição da Agência nos Subcomitês e Câmaras Técnicas, devemos fechar o relatório dessa oficina para passar para todo mundo para conhecimento. Só para esclarecimento. Nessa resolução a Secretaria de Planejamento Ambiental é o órgão técnico da APRM, essa atribuição hoje está na SMA com a CEPLA.

Edmundo Garcia- Representante segmento municípios prefeitura do município de São Paulo- Fui convidado outro dia na casa, estava aqui o governador, onde foi encaminhado à Assembléia a Lei específica da Billings, a base do nosso sistema, essa Deliberação cita a Lei 12333 e o colega acabou de dizer que essa Lei fortalece o sistema de recursos hídricos paulista. Parece que a Deliberação tem uma série de fragilidades e São Paulo encaminha e solicita que a Deliberação vá para CT-PG para uma re-análise, em uma melhora do texto, assim como fizemos com aquela outra Deliberação, retirou-se da pauta, porque raramente no Alto Tietê se encontra uma Câmara técnica com executivo de

porte, como nosso executivo aqui que está hoje tocando nossa Câmara técnica. Acho que há uma série de fragilidades legais e até pediria para OAB se manifestar nessa questão. Solicito o re-envio à Câmara técnica.

Trani- Dois aspectos em relação a essa Deliberação, com todo respeito à colocação do Edmundo, por que razão teremos que voltar para Câmara técnica para discutir? Um dos aspectos importantes nessa Deliberação, no caráter histórico, com essa Deliberação finalmente a finalidade de todo sistema pensado para trás desde a Lei até agora, porque não se acreditava que conseguiríamos descentralizar a tal ponto, e agora já encaminhamos essa Deliberação. Acho absolutamente essencial esse passo. Era o que se sonhava, que a Lei de mananciais ao descentralizar as questões de análise técnica, fortalecesse o colegiado e acho que a apresentação da Deliberação e a atribuição das responsabilidades vai levar a alguma coisa muito interessante. A outra questão, é a questão técnica, como devemos fazer isso? De fato, se de fato a Fundação Agência está preparada para fazer isso, porque a Lei disse que a análise técnica será feita com apoio de um órgão técnico, e assim se pensava desde o início, e estamos caminhando para isso, acho que inexoravelmente chegaremos lá, no processo transitório, a oficina demonstrou, não há como se proceder imediatamente, a CEPLA vai colocar a base dos seus técnicos para fazer isso e com melhores condições isso será feito tecnicamente e a análise política pelo próprio Comitê. Essa é a intenção dessa Deliberação. Então queria parabenizar nós todos que caminhamos para descentralização, responsabilizando a quem tem que ser feito e indicando desde já, na figura do Vanzo o Presidente da Fundação Agência colocando a responsabilidade futura, de profissionalizar a Agência e por que não nos seus órgãos descentralizados, haverá que ter um braço trabalhando na região para poder justamente analisar os casos desses empreendimentos, seja de regularização, para compensação ambiental, para que de fato nós na gestão local, já se passaram dez anos da primeira Lei de mananciais, dois anos da Lei do Guarapiranga, vamos ter a Lei da Billings, e eu

acho que esse encaminhamento me parece oportuno, e a razão Edmundo, de voltar à Câmara técnica, os dados, os aspectos jurídicos, não me parece, mas gostaria que a SMA que está fazendo a proposta, acho que é razoável que isso atende aos considerandos da legislação e ao que se atribui a responsabilidade de uma Deliberação bastante sucinta, acho que é suficiente para que a gente encare no trabalho, na minha opinião.

Miron Rodrigues da Cunha- Representando segmento Sociedade Civil Organizada- Em princípio sou a favor de toda descentralização, só não entendo, porque a Agência é a gestora da bacia, estive por algum tempo na Agência, entendo que deva se voltar para Câmara técnica para estudar melhor porque sempre há um movimento para esvaziar a Agência e para evitar seu crescimento, se ela não for posta em prática e não derem suporte, ela nunca vai ser forte, e além do mais a Agência é de direito privado, a gestão é dela e quem modifica estatutariamente a Agência é seu Conselho Curador, não outras instâncias. Tirar de quem não tem o suporte mínimo para passar para quem não tem suporte nenhum é incompreensível.

Amauri- Quero deixar o esclarecimento até com respeito ao teor da Lei específica. A proposta da Deliberação tem intuito única e exclusivamente de formalizar algo que foi incluído na Lei Específica do Guarapiranga. Ao que está composto naquele artigo citado nos considerandos. Não existe nenhuma questão, nenhuma, que remete nesse momento à existência ou não de condições para execução de seu papel pela Agência de Bacia do Alto Tietê, não há qualquer aspecto citado nessa Deliberação, nos artigos aos quais faz menção relativo à retirada ou atribuição de funções da Agência da Bacia. O que existe nesse momento é uma outra questão, algo que não faz parte dessa Deliberação, pela ausência de condições objetivas para que a Agência cumpra com seu papel de Agente Técnico do sistema, nesse momento por uma resolução da SMA, e aí temos que contestar a resolução da SMA, não é da Deliberação, foi delegado à CEPLA que ela atue como Agente Técnico enquanto não

houver o Escritório Regional que está previsto na Lei específica, na Lei não fala em Agência de Bacia, fala de Escritório Regional porque na concepção desses trabalhos, vamos lembrar, muitos de vocês estão atuando na área da Guarapiranga desde a época do programa Guarapiranga, em 1994, e no âmbito do programa foi concebido um sistema de gestão de área de mananciais que pressupunha todo um ambiente interativo, participativo e deliberativo, nesse aspecto até foi constituído o Subcomitê Guarapiranga, fruto até do Programa Guarapiranga, das discussões e do ambiente que foi propiciado por aquele programa na década de 90, e que depois o modelo foi apresentado no final dos anos 90, e se propunha, dez anos atrás, que haveria um Escritório Regional, e isso não aconteceu, em princípio a Agência de Bacia pode exercer esse papel de Escritório Regional, claro, esperamos, e isso já foi objeto de conversa minha com o próprio Vanzo, temos que isso de fato um dia seja, mas o momento ainda não é esse, temos a participação do Subcomitê, de pessoas voluntariosas, em pequeno número, que fazem esforço absolutamente abnegado para poder participar e Deliberar e encaminhar as decisões no âmbito do Subcomitê, vocês sabem disso. Essa Deliberação, por fim, é única e exclusivamente para cumprir um rito previsto na Lei Específica, que diz, textualmente em seu artigo ali mencionado, que essa delegação se faça por expressa Deliberação do Comitê do Alto Tietê e não tira e nem delega atribuições à Agência da Bacia, queremos que ela se constitua e se fortaleça, que seja de fato nosso Agente Técnico, que possamos confiar e dar sustentação a todo o sistema.

Adriano- Representante segmento Sociedade Civil Organizada entidade OAB- Eu não conheço a Lei 12333, acho que deveria acompanhar a própria Deliberação, não sei se é Lei estadual, federal, municipal... mas eu não conheço, desculpe, estou no sistema aqui há um tempo e nunca ninguém me apresentou. Independente disso, acho que se existe a previsão da Agência, se ela tem capacidade ou não, se a própria Lei prevê acho que ela tem...

Neusa - Para esse assunto ela não prevê.

Adriano- Das pessoas que conhecem os recursos hídricos, estamos em uma discussão, eu não conheço a Lei, acho que poderia ser encaminhado com a Lei junto, e se existe a questão da Agência tem que ser colocado, não estamos discutindo aqui a capacidade da Agência, se ela tem capacidade como órgão executivo, se a Lei previu ela tem que ser colocada, independente da capacidade.

Secretário- Permita-me interromper, talvez seu comentário possa ser melhor exercido depois que você tomar conhecimento, mais aprofundado.

Adriano- Sim, é por isso que eu queria que acompanhasse a Lei, que ela deveria ser encaminhada a todos os membros do Comitê porque ninguém tem obrigação aqui de conhecer uma Lei estadual. Eu não conheço a Lei do Guarapiranga, entrei no Comitê o ano passado e a Lei já devia ter sido aprovada.

Secretário- Com objetividade a sua proposição, por crítica, que deveria acompanhar a legislação, mais alguma crítica?

Adriano- Não, acho que se tem a previsão talvez volte para uma nova análise.

Secretário- Obrigado. Mais algum comentário? O Trani se inscreveu.

Trani- Fazendo uma síntese, para tentar encaminhar, sugiro em virtude das várias manifestações, que volte para analisarmos, estou entendendo do ponto de vista da própria

redação, etc, a sugestão é que retorne a CT-PG, mas com um condicionante, pediria a Secretaria Executiva que a gente já agendasse uma data para discutir especificamente o assunto e pediria, com todo respeito ao colega Adriano, que todos que possam ir para reunião possam já ir com propostas examinando toda parte legal, para que possa discutir, opinar e trazer para o plenário o mais rapidamente possível em um novo formato para Deliberação. Reitero isso em nome do próprio Amauri que é o Secretário executivo do Subcomitê e pelo fato de que há uma quantidade grande de projetos aguardando análise e precisamos dar sequência a isso, a sociedade está pedindo isso e temos nossa responsabilidade, obviamente já solicitamos que nessa reunião o próprio Vanzo como Presidente participe, e só reiterando, pelo menos na minha opinião, o que o Miron falou, em tese concordo, temos que fortalecer o papel da Agência, não há dúvida, e do sistema, a CEPLA enquanto está fazendo temos que ter os melhores técnicos, e teremos. Peço que sugiram a data.

Secretário- 21/10 terça-feira às 10 Hs na CDHU.

Trani- Nós vamos convocar formalmente hoje a tarde mas já fica convocado.

Secretário - Embora esteja agendado mas para concluir temos que votar. Temos duas propostas, de ter a reunião na terça feira agora dia 21/10 para melhoria do texto. Os que são favoráveis à realização dessa reunião no âmbito da CT-PG permaneçam como estão. Os contrários ergam o braço. **Por um voto contra (Neusa Marcondes) aprovada a realização da reunião.**

Próximo item da pauta indicação de representantes no Conselho Fiscal da Fundação Agência da Bacia. O estado indica Nádia Helena de Barros Azevedo pela Secretaria da Fazenda. Proponho 5 minutos para indicar os nomes dos representantes dos municípios e da sociedade civil.

Intervalo

Edmundo- Nosso segmento se reuniu e depois de muitas conversas encaminhamos e a lógica para concepção da FABHAT são os aportes dentro do sistema porque há muitas Leis municipais em vigor que remetem subsídios à FABHAT, parece que os municípios apóiam, é o seguinte, o titular do Conselho Fiscal é o município de São Paulo com a Secretaria da Habitação e a suplência seria para Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, que também aporta recursos à Fundação através do município de Santo André.

Secretária- Edmundo você teria que trazer indicação do nome da pessoa hoje.

Edmundo- É da Secretaria da Habitação é uma procuradora da Sehab, a Violeta é que tem o nome.

Secretária- Encaminhe para nós por favor, e de Santo André também.

Edmundo- De Santo André não sei se a colega tem, mas tiramos hoje ainda também.

Sandra- Representante segmento do município de Santo André- Bom dia a todos. Santo André além de ser representante titular nesse Conselho no momento, o Presidente do Consórcio do Grande ABC, e como o Consórcio é quem faz os aportes à Fundação achamos interessante ter alguém como suplente, pelo município de Santo André, e há possibilidade de informarmos ainda hoje, pelo Consórcio preciso verificar, e o ideal é que seja uma pessoa do próprio município de Santo André enquanto Santo André é Presidente do Consórcio.

Secretário- Conceda ainda hoje, ainda que por e-mail os nomes em instituições. Da Sociedade Civil Organizada?

Nélson Pedroso- Pela indicação da Sociedade Civil o titular para a Fundação Agência de Bacia do Alto Tietê fica a Associação Paulista dos Consultores em Meio Ambiente e para a suplência Federação das Indústrias do Estado de São Paulo- Fiesp e os mesmos indicarão ainda hoje por e-mail os seus representantes.

Secretário- Alguma manifestação, podemos seguir com a pauta? Dos assunto Gerais.

Trani- Somente confirmando a reunião de terça-feira, da Câmara Técnica, Rua Boa Vista 170 no auditório do 15º andar.

Secretária- Recebemos uma proposta de moção pelo uso da cobrança dos recursos hídricos da bacia do Alto Tietê no ano de 2009, não é uma Deliberação e sim uma moção e depois vamos melhorar texto:

“Considerando a Lei estadual 12183 de 29/12/2005 que dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do estado de São Paulo, o decreto estadual 50667 de 30/03/2006 e os regulamentos dos dispositivos da Lei 12183, a Deliberação CRH 63/06 04/09/06 que aborda os procedimentos e os condicionantes para a cobrança pela utilização dos recursos hídricos no estado de São Paulo, e a atuação do Grupo Técnico especialmente constituído, que já realizou mais de doze reuniões e encontros oficiais na FABHAT ou na Cetesb, desde a aprovação da Deliberação CBH-AT 08 de 05/10/06 e GT existente no âmbito da Câmara técnica de planejamento e gestão do CBH-AT, no intuito de promover os procedimentos necessários para a implantação da cobrança pela utilização dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Alto Tietê ao promover o debate e avaliar as questões pertinentes e subsidiar tecnicamente as decisões do colegiado. Fica aprovado a implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na área de abrangência da UGRHI no âmbito de 2009.”

Aqui, foi feito como Deliberação, na realidade é uma moção de apoio para que a cobrança ser efetuada ainda no ano de 2009 no âmbito do Comitê do Alto Tietê.

Rui Brasil- Tem cópia ?

Secretária - Chegou agora.

Secretário- Antecipadamente havendo a reunião da Câmara técnica para discutir as questões anteriores, sugiro que seja enviado esse documento para apreciação na mesma convocação.

Rui Brasil- Queria endossar esse encaminhamento. Acho que todos nós somos a favor da cobrança, mas lembrar que existe uma Deliberação do Comitê que estabeleceu diretrizes, e tem

que ser uma coisa consistente com o que o próprio plenário já estabeleceu, acho que seria melhor analisar o assunto na Câmara técnica, exatamente da situação em que o trabalho se encontra e as perspectivas, porque não basta ter a vontade é preciso cumprir o caminho que a legislação exige até para que nós possamos continuar com credibilidade e é muito importante que o Comitê ao decidir sobre esse tema, esteja sempre embasado na legislação, na viabilidade das coisas, porque não basta só ter vontade.

Edmundo- Tem alguns colegas que acham que por questão de coerência devemos remeter à CT-PG, e remetemos. Só que queremos dizer aqui que esse assunto foi deliberado em 2006, em outubro, há dois anos, e há um grupo montado no estado com todos os segmentos, houve uma nova exposição, um terno na Agência sobre o tema, e todo mundo sabe que os grandes interessados nesse pleito são os municípios, por razões óbvias, porque pelo menos você sinaliza para os municípios, as pessoas, etc e etc, a importância de cuidar dos recursos hídricos, do que tem, então há toda uma iniciativa e achamos que esse Comitê está precisando tratar desse assunto, já que essa moção foi encaminhada à Câmara técnica, acreditamos que ela já começa a tratar do assunto, há muito atraso, inclusive esses dois anos não se coadunam com a Deliberação de 2006, não é possível esse adiamento, eu por exemplo já estive no Palácio, tratando disso, não posso falar como agente do estado porque não sou, mas é por isso que São Paulo, nessa transição, com seus agentes, seus políticos, tem interesse concreto nisso, conversam e lutam diariamente sobre esse tema, porque acredito que os recursos não sejam significativos tendo em conta os recursos federais, PAC e tudo isso, é uma coisa simbólica e eu aprendi esse assunto visitando o Piracicaba, quando o Rui que é um dos grandes artífices do Piracicaba, o Rocco, aprendi no Paraíba, na Europa, é isso o que precisamos, então por isso da importância da moção e aceito o envio para análise da Câmara técnica.

Secretário- Perfeito. Não temos mais nenhuma proposta. Mais algum comentário?

Nelson- Nós fechamos ali com esse envio para Câmara para manter justamente que todo documento que aparecer no Comitê passe pelo crivo da CT-PG, e também pautar para já na próxima semana, junto com a pauta que fizemos aqui do Subcomitê Cotia-Guarapiranga pautarmos a questão dessa moção.

Trani- Me permita, já encaminhamos dois assuntos para uma reunião que será de 2 horas e dado obviamente a importância desse segundo tema, onde a Câmara técnica já tem um GT que trabalha com isso, o GT cobrança, já fazendo uma solicitação específica para o Presidente da Agência, o Vanzo, e os demais colegas, que estejam presentes, uma vez que o tema deve trazer repercussão, porque 2 horas para discutir esses dois assuntos, reitero que ao convocar a reunião deixe bem claro para não termos problemas de quórum, algo assim, reforçando a colocação e que teremos que fazer uma reunião bastante objetiva, que será polêmica pelos dois assuntos.

Secretário- Quanto a pauta, podemos pautar para o próximo dia 28 nossa próxima reunião com a Deliberação desses dois assuntos que foram remetidos para Câmara técnica. Podemos encerrar? Está encerrada a reunião.

* * *